

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL

LAÍRA ASSUNÇÃO BRAGA

**O QUE PODEM AS CRIANÇAS QUANDO A MAQUINARIA CORPO-GÊNERO-  
SEXUALIDADE FALHA?**

Vitória - 2019

LAÍRA ASSUNÇÃO BRAGA

**O QUE PODEM AS CRIANÇAS QUANDO A MAQUINARIA CORPO-GÊNERO-  
SEXUALIDADE FALHA?**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, na Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Vitória - 2019

LAÍRA ASSUNÇÃO BRAGA

**O QUE PODEM AS CRIANÇAS QUANDO A MAQUINARIA CORPO-GÊNERO-  
SEXUALIDADE FALHA?**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional do Centro de Ciências humanas e naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de mestre em Psicologia Institucional, na Linha de Pesquisa: Políticas Públicas, Trabalho e Processos Formativo-educacionais.

Aprovada em 05 de Junho de 2019.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Jésio Zamboni**

Universidade Federal do Espírito Santo

Orientadora

---

**Prof. Dr. Alessandro Rodrigues**

Universidade Federal do Espírito Santo

Co-orientador

---

**Prof. Dra. Heliana de Barros Conde Rodrigues**

Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Membro Externo

---

**Prof. Dra. Ileana Wenz**

Universidade Federal do Espírito Santo

Membro Interno

## Agradecimentos

Agradeço a todas as Forças que possibilitaram encontros e caminhos. À maior incentivadora dos movimentos que arrisco na vida, minha mãe, dona Dizinha, que me mostrou coragens que eu nem imaginava que teria. Aos meus pais, Nair e Benedito, muito vivos e presentes na memória e no amor, permaneço seguindo como Potinha, encharcada das marcas dos dois. À Amilcar, cuidadoso, preocupado e parceiro. À Tia Neuza e Mayne, que me preservam criança, ao preservarem meu apelido de muitos anos, Kinho.

À minha parceira e confidente Laís, que divide comigo angústias, alegrias e lutas. Janaína, sempre companheiras e aberta para me receber junto com Joselmo e Pedroca. À amizade de Bob, Júnio Hora, Joel, Ada, Tatá, Henrique, Enrico, Antônio Goés, Karine, Karen, Léo, Aline, Dodô e a grande família, George, Eritana, Milka, Lorena, Josi, Raíssa, Simone, Rhamon, Espedito, Pitágoras, Tati, Raíssa, Leandro, Antônio Santana, Théo e Pita..

Dentre meus queridos amigos, dois se fizeram muito presentes nesse processo, Cacis e Thi. Entendi, com vocês, o que significa construir alianças para nos sustentarmos nos espaços. Cacilhas, com quem partilho, dentre outras coisas, horas de ligações de muito apoio, dividindo a sensação de que somos para toda a vida. Cuidado, atenção, parceria, empatia, apoio, amor, música, dança, nosso encontro na vida é tudo isso. Tenho verdadeiros respeito e admiração pelo trabalho e pelo modo como se posiciona na vida. Poderia escrever muito sobre nossa amizade, mas fico com a gratidão por estar comigo nesse “panavueiro”. Thiago, meu menino teimoso, mas de ouvido sempre atento, peito aberto para acolher e cuidar. O primeiro a me dar a mão com toda dificuldade que vivi no início desse processo. O abraço que já me recebeu tantas vezes, com aconchego e, às vezes, um chocolate. Entre as fala sobre Benjamin e as narrativas, aprendi muito. Aos dois juntos e nosso trio lindo, agradeço, dentre outras coisas, por me aceitarem até fazendo xixi de porta entreaberta, pelo resgate quando o choro vazou, por prepararem comida cheia de carinho, por me permitirem a liberdade de viver essa amizade tão linda. O apartamento de vocês se tornou meu refúgio.

Sou grata, também a Dave, que se aproximou e se mostrou presente, na farra e na dengue. Um querido, apoiando e fortalecendo nossos movimentos de pesquisa. Ao Kátia Flávia Psicodelícia que já agitou muita beleza por aí: Juninho, Alini, Poli, Cacis e Thiago. Com vocês, foi mais

alegre!

Aos trabalhos e investimentos de Jésio, que caminhou comigo em orientação. À Alex, agradeço por tanto compromisso e cuidado, já me tombou e já me levantou e em cada um dos gestos foi certeiro para fazer girar essa produção. Ao grupo de orientação e de estudos do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades e seus membros: Pablo, Carol, Adrielly, Antonella, Aline, Victor, Anselmo, Rovená, Luciano, Ileana, Reyana, Nayara, Davis, Bel e todos outros que já passaram por nós, mesmo que de modo breve. Agradeço a contribuição de cada um, seja em sugestão de leitura, escrita, ou quando o luto vazou em lágrimas e a orientação se tornou acolhimento.

Ao incentivo financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no último ano deste trabalho. À Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, que insistem em resistir nesses tempos endurecidos. Às professoras Ileana e Heliana que aceitaram, desde a qualificação, participar da construção deste trabalho.

À Universidade do Estado da Bahia (UNEB), eu agradeço imensamente pela concessão do espaço para estudo na biblioteca, desde os momentos de elaboração do projeto para o processo seletivo. Sou grata também aos colaboradores da UNEB, sempre receptivos. Um determinado cantinho naquela biblioteca foi espaço fértil para muita produção. Obrigada muitas vezes!

Sou grata a todas as crianças que estiveram comigo e me possibilitaram recuperar a criança que sou. Para além de tornarem possível a escrita deste texto, também produziram aberturas, rachaduras e questões no meu olhar adulto. Extrapolando a escritura no papel, as crianças me provocaram para seguir outros caminhos de vida. A todas as meninas, todas as mulheres, que costuram e descosturam tantos formatos de se fazer feminina. Este trabalho só se fez possível pois resistimos e contamos histórias divergentes das que foram pensadas para nossos corpos.

Agradeço a todas as pessoas com quem trabalhei, em diversos espaços e que me atravessaram com suas experiências nesses caminhos psi que escolhi trilhar. À Janaína Brito, muito importante quando eu senti que a bagagem estava pesada demais e no reconhecimento dos meus lugares de existência. Aos professores que nos acompanharam, em uma disciplina, ou em uma conversa de bar.

Posso ter esquecido algum nome, mas tenho gratidão a todas e a tudo que deixaram em mim uma palavra, um sorriso, uma imagem, um olhar e um abraço.

À minha mãe, dona Dizinha.  
A primeira mulher a me ensinar a arte da  
subversão.  
A filha da costureira será mestra!



## Resumo

A criança, compreendida como sujeito da infância é, comumente, percebida e falada pela ótica adulta, tornando-se corpos que não falam por si. Uma complexa rede, composta por saberes médicos, pedagógicos e psicológicos funciona de modo a garantir que a relação com as crianças continue a ser de tutela e controle, para que atendam a um projeto adulto de civilização. A primeira atuação desses saberes consiste em fazer da criança um corpo sexuado. Logo ao nascer, este é identificado em uma das possibilidades binárias de feminino e masculino. Para além da identificação, um roteiro lhe é traçado como caminho coerente com seu sexo. Buscou-se, nesta pesquisa, o encontro com crianças para que outras narrativas sobre modos de viver o corpo possam aparecer. Não foi objetivo encontrar uma descrição do sujeito criança, mas buscar, com elas, as brechas e escapes possíveis dentro das relações fabris de sexos e gêneros que são investidas sobre seus corpos por regimes adultrocêntricos. A aposta metodológica se aproximou das pesquisas com cotidianos, compreendendo que se trata de um processo em rede, de caráter local, onde se considerou a implicação da pesquisadora e todos envolvidos são entendidos como praticantes de cotidianos. A pesquisa teve como campo de referência as praças públicas, mais especificamente os espaços como parquinhos e quadras de esporte, considerando a circulação de crianças nesses locais. Entretanto, também apareceram cenas e narrativas que se deram em outros lugares, entendendo que uma pesquisa produzida com o vivo pode extrapolar os limites que a ciência positivista pode determinar como campo de pesquisa. Os encontros indicaram que crianças conseguem estabelecer outras relações, escapando da rigidez adulta, nos modos de viver o corpo e as performances de gênero. Desse modo, conseguem expor as fragilidades dos modelos dos gêneros binários, de suas tentativas de reprodução e naturalização sobre os corpos. Agindo taticamente, no descuido do olhar adulto, elas se mostram capazes de, pelo riso e brincadeira, fazer questão à suposta naturalidade dos elementos que caracterizam o feminino e masculino. Entendendo que discursos e práticas educativas com crianças são, em sua maioria, pautados pela lógica adulta, busca-se também, com este texto, participar do debate formativo-educacional sobre as crianças, considerando as composições que elas próprias são capazes de produzir nos atravessamentos entre corpo, gênero e sexualidade. Longe de pensar manuais de educação infantil, a proposta é de um convite ao olhar para/com as crianças em suas práticas, negociações, relações e na capacidade que possuem de viverem o corpo em suas possibilidades, sem encerrá-lo nas identidades.

**Palavras chaves:** Crianças; Performance de Gênero; Identidade de Gênero; Formação; Educação.

## **Abstract**

The child understood as the subject of childhood is commonly perceived and spoken by adult optics, becoming bodies that do not speak for themselves. A complex organization of medical, pedagogical and psychological skills works to ensure that the relationship with children continues to be tutelage and control, so that they meet an adult civilization project. The first activity of these knowledges consists in making the child a sexed body. At birth, it is identified in one of the binary possibilities of feminine and masculine. In addition to identification, a script is drawn as a path consistent with your gender. We sought, in this research, the encounter with children so that other narratives about ways of living the body can appear. It was not intended to find a description of the child subject, but to seek with them the breaches and possible escapes within the fabric relations of the sexes and genders that are invested over their bodies by adult-centric regimes. The methodological approach approached the researches with daily ones, understanding that it is a network process, of local character, where the implication of the researcher was considered and all involved are understood as daily practitioners. The research had as a field of reference the public squares, more specifically the spaces like playgrounds and sports courts, considering the circulation of children in these places. However, there have also been scenes and narratives that have occurred in other places, understanding that a research produced with the living can extrapolate the limits that positivist science can determine as a field of research. The meetings indicated that children can establish other relationships, escaping adult rigidity, body-living, and gender-based performances. In this way, they are able to expose the fragilities of the models of the binary genres, of their attempts at reproduction and naturalization on the bodies. Acting tactically, in the neglect of the adult gaze, they show themselves capable, through laughter and play, to question the supposed naturalness of the elements that characterize the feminine and masculine. Understanding that educational discourses and practices with children are mostly based on adult logic, we also seek, through this text, to participate in the formative-educational debate about children, considering the compositions that they are able to produce in the crossings between body, gender and sexuality. Far from thinking about child educations manuals, the proposal is an invitation to look at/with the children in their practices, negotiations, relationships and in their capacity to live the body in their possibilities, without enclosing it in identities.

**Key Words:** Children; Gender Performance; Gender Identity; Formation; Education.

## Lista de figuras

Figura 1 - O que se passa pela/na praça?.....	33
Figura 2 - A praça onde tudo parece muito comportado .....	37
Figura 3 - O território dos meninos. ....	38
Figura 4 - O parquinho à beira do morro.....	39
Figura 5 – Uma praça entre morros .....	40
Figura 6 - Movimentos de escorrega .....	74

## Sumário

Isso não é coisa de mocinha: O apelo pela boa menina! .....	13
Dialogando com outras produções. ....	18
Alucinação: suportar o dia-a-dia como aposta metodológica.....	25
Nas praças: as crianças, os femininos e eu. ....	32
Crianças, não falem com estranhos! .....	43
É machismo! .....	52
Ser fe(menino) não é para qualquer uma. ....	62
Ela ou ele? .....	66
Papai, vou me montar!.....	70
Entre a fofura e a agressividade.....	73
A boneca arremessada .....	79
Faz de conta que concluímos.....	83
Referências .....	89

## **Isso não é coisa de mocinha: O apelo pela boa menina!**

Escrever é traçar linhas de fuga, que não são imaginárias, que se é forçado a seguir, porque a escritura nos engaja nelas, na realidade, nos embarca nela. Escrever é tornar-se, mas não é de modo algum tornar-se escritor. É tornar-se outra coisa. (DELEUZE, 1998, p. 35)

Aparece a criança. Deve ser dito que é esta, também, a finalidade deste texto. Fazer aparecerem crianças. A primeira sou eu. No corpinho pequeno e gorducho, de pernas muito grossas para ser bailarina e cabelos muito rebeldes para ser bonita, fui convidada bem cedo a atender expectativas da fábrica de meninas. Uma fábrica sim! Porque meninas se produzem em série, embora nunca fiquem iguais umas às outras.

Faladeira e descuidada de bonecas Barbie do mercado paralelo – de corpos esguios, cabelos lisos e loiros – eu só enxergava diversão de fato ao permitir que elas escorregassem pela correnteza de água da chuva na ladeira perto de casa. Um jeito outro de brincar com a boneca. Não gostava do batom que minha mãe queria tanto que eu usasse e tentava me convencer oferecendo moedas como uma recompensa por cada vez que eu usasse o batom. Em uma ocasião, fui firmemente advertida ao chegar em casa após a escola, com os cabelos soltos, bem volumosos e despenteados. Pouco me importou naquele dia a imagem do espelho, mas incomodou minha mãe.

Gostava de jogar peão, de agarrar as bolas nas traves feitas de pedras com os primos, de jogar gude. Aqueles que me dizia os certos e errados não se preocupavam muito com essas brincadeiras entre os meninos, exceto em uma ocasião em que pedi ao meu avô a confecção de uma tarrafa, que sempre fazia para os netos meninos e escutei: Isso não é coisa de menina! Pensando bem, nunca fui boa com coisas de meninas. Mas o que são coisas de meninas? E o que é ser boa menina com essas coisas? Dançar axé eu amava. Mas descer na boquinha da garrafa não era tão legal para boas meninas. Na tentativa do balé, escutava que tinha pernas grossas demais. Fui fabricada com defeitos.

Fui me fazendo gente convivendo com limitações econômicas relevantes; com uma mãe viúva, costureira, cansada, que me falava muitas coisas sobre independência na vida, mas também me convocava à vaidade e delicadeza. Circulando desde bem nova pelos espaços da cidade, fui ocupando um lugar um pouco torto. Defeituava, quando havia brecha e desejo, as ferramentas que a fábrica de fazer meninas me apresentava.

Eu, criança, propus-me a encontrar e conversar com outras. A partir das inquietações que me surgem quando penso nessas fábricas de corpos e gêneros, busquei estar com crianças e pensar junto delas as brechas de resistir e reinventar. Desejo, com elas, anunciar práticas onde o corpo, os afetos, os sentidos possam encontrar fôlego de existência diante dos decretos dicotômicos que pretendem nos dividir, com muitas certezas, entre seres femininos e masculinos.

As crianças apareceram em situações e lugares diversos, com destaque para duas pracinhas de bairro, onde brinquei junto, conversei e silencieei. Elas não aparecem neste texto através de teorias desenvolvimentistas, para serem descritas e enquadradas por uma ótica adulta. Movimentos crianceiros aparecem em sua potência de existir por si mesmos e, por essa autonomia, conseguem colocar questão sobre as verdades que os adultos insistem em reafirmar.

Os apelos para que nossos corpos se reconheçam em certos lugares e consigam se assegurar durante toda a vida, começam bem cedo, ainda no útero. Depois disso, somos cobrados a uma certa coerência nos movimentos dos nossos corpos. Comporte-se como mocinha! É o que ouvimos com frequência. Para entender esse apelo pela verdade do corpo, contamos com companheiros como Foucault (1984) e Butler (2010), discutindo o apelo por identidade e correspondência no sistema sexo-gênero-desejo. Com eles e outros autores que trazem conversas sobre as construções dos gêneros no recorte cultural e social das sociedades ocidentais, entendemos que tais contornos tomam a heterossexualidade como natural e para que ela opere, é necessária a produção de dois gêneros, opostos entre si.

Gênero é pensado neste texto tomando como perspectiva a discussão de Scott (1995), que defende ser o termo uma categoria de análise histórica das relações construídas entre o que se designa por sexo masculino e sexo feminino. Scott (1995), critica certas discussões de algumas correntes feministas que se apropriam de apenas um fator para explicar as relações entre os gêneros, como, por exemplo, a capacidade reprodutiva da mulher como sendo um foco de dominação masculina. Outra crítica é feita para a leitura feminista a partir da psicanálise que coloca sobre o Édipo as responsabilidades da constituição da diferença entre os gêneros. Scott (1995) não parece querer desconsiderar tais análises, mas ela propõe o cuidado analítico para que não se produza universalizações, condições imutáveis no espaço e no tempo. “Temos necessidade de uma rejeição do caráter fixo e

permanente da oposição binária, de uma historicização e de uma desconstrução genuínas dos termos da diferença sexual.” (SCOTT, 1995, p. 84)

Scott (1995) propõe pensar o gênero a partir dos efeitos particulares em cada organização social. Isso implica ir além das explicações que buscam causas únicas e considerar que as diferenças entre os gêneros funcionam de modo a produzir políticas específicas em certas localidades. A autora toma o gênero como um campo de articulação do poder.

Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter sido uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas. (SCOTT, 1995, p. 88)

As diferenças de gênero operam nos modos de estabelecer relação e governar, se constituindo como justificativa, mas também alvo das sustentações dos exercícios de poder nos grupos sociais. Os acessos e impedimentos aos postos de governo impostos a partir da diferenciação sexual ao longo da história, são um dos muitos exemplos de que o gênero é um fator considerado primariamente nas relações de poder.

Quando os/as historiadores/as buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as formas particulares e contextualmente específicas pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política. (SCOTT, 1995, p.89)

Desse modo, entendemos que a nomeação do bebê como sendo menino ou menina é parte fundamental da estrutura social que compartilhamos e que carece de marcadores muito específicos dos papéis femininos e masculinos. Nas mais diversas práticas que podem compor um cotidiano, vemos a expressão do gênero como marcador: trabalho e empregabilidade; cuidados domésticos e com filhos; acesso aos postos de governo; acesso aos trabalhos intelectuais; costumes e vestimentas; dentre muitos outros campos. Esses jeitos de fazer são locais, podendo haver variações entre espaços. Mas assumimos que, em grupos sociais que partilham certas características como a cultura ocidental e cristã, percebemos a incidência de estratégias comuns para assegurar a dicotomia e hierarquia entre masculino e feminino.

Ainda sobre conceito de gênero, Butler (2010) também aparece como companheira provocando que certas teorizações, que consideram o gênero uma construção social sobre o corpo, como é o caso de Beauvoir (2016), perpetuam a ideia de que o sexo é natural,

quando na realidade, a ideia que temos de sexo já é generificada. Butler (2010), aponta que o sexo não é campo neutro, puramente biológico, mas é também espaço político produzido. Dessa forma, a distinção entre gênero e sexo, para ela, torna-se desnecessária, pois pensar sexo, implica pensar gênero.

Scott (1995) e Butler (2010), cada uma a seu modo, convidam-nos a questionar qualquer tentativa de universalização do sujeito. Com as devidas distinções, elas possuem em comum o incômodo, inclusive com teorias feministas, que, para explicar e lutar contra relações de poder e dominação em função de gênero, acabam por produzir generalizações e análises unívocas. Assim como a análise sobre qualquer outra articulação de poder, as considerações sobre relações de gênero não podem se tornar endurecidas e imutáveis. Compreende-se que o próprio termo gênero é um código, uma categoria utilizada para analisar um contexto dado. Os atravessamentos que compõem os gêneros, bem como a necessidade de que um corpo se afirme a partir de um gênero, precisam ser pensados considerando as especificidades de cada tempo e espaço.

O uso do termo gênero aparece neste texto junto com os movimentos das crianças, buscando-se dizer de certas expectativas e diferenças que são estabelecidas para o corpo reconhecidamente feminino, na relação com o masculino. É na interação com os meninos que os marcadores de gênero se evidenciam nas meninas, expondo as tecnologias para que elas respondam a um certo projeto feminino.

Esses esforços são traduzidos em práticas e discursos que, estrategicamente, incidem sobre corpos de meninas e meninos. Como aponta Certeau (2014), a estratégia é o planejamento, o modo mais organizado para funcionar de determinada forma. São muitos os instrumentos utilizados para fazer com que nos comportemos como uma mocinha. Vozes adultas, pedagogias, roupas, lojas de brinquedos, dentre tantos outros, ligados entre si por um fio invisível, que trabalha incansavelmente na investida de produzir corpos organizados e reconhecíveis.

A estratégia é insistente, tem força, legitimidade e em muitos momentos da pesquisa, pude sentir o que e como operam as máquinas da fábrica de boas meninas. Certas cenas lembraram-me dos investimentos no meu corpo de menina. Foi também por essa mistura com minhas memórias, que fiz meu corpo poroso para captar os movimentos dissidentes,



os escapes e resistências diante das estratégias, ou seja, as táticas que as crianças fazem uso, como nos diz Certeau (2014).

As boas meninas transformaram-se em meninas boas em nos contar que o que dizemos saber sobre elas, não passa de discurso. Seus corpos vão questionando o suposto modelo e, dessa forma, alteram no plano micro, o que era modelo. As crianças conseguem escancarar que não há reprodução fiel. A fábrica de meninas falha, deixa passar, não aperta um parafuso e assim, uma mocinha nunca sai como as outras. Algumas apresentam tantos defeitos, que se tornam monstruosas, existem enquanto ameaça à estabilidade da produção de outras.

Assim como fazem Scott (1995) e Butler (2010), as crianças se constituem enquanto abalos, até para as organizações que precisam reconhecer as identidades de gênero para se assegurar, como o movimento feminista. Operando nos limites, elas dificultam os investimentos de quem precisa demarcar com muita precisão os terrenos dos gêneros.

O gênero enquanto urgência e coerência em um corpo faz parte do modo de vida adulto. As crianças nos mostram que não precisam dele com o mesmo endurecimento. Eles tem lugar como uma montagem, passível de ser desmontado e remontado, mais parecido com uma brincadeira do que com um atestado.

Para além de um trabalho sobre crianças e relações de gênero, acredito ser um convite para que os corpos crescidos pensem habitar o mundo em uma outra ética, bagunçando suas consolidadas identidades, que lhes entregam reconhecimento e conformidade, mas que podem cercear possibilidades de experimentação do corpo. Não temos uma leitura de sujeito criança como produto final, ela não está localizada nessa temporalidade da infância, que se dá enquanto fase do desenvolvimento humano cujo ápice é a vida adulta. A criança neste texto e em nós é a capaz de experimentar a vida sem urgência do acabamento e das formas, pois permanece mais interessada no que emerge dos movimentos, do que nas finalidades e interpretações.

### **Dialogando com outras produções.**

Para situar lugares ou não-lugares que este trabalho ocupa, houve uma busca por outras produções acadêmicas que circulem pela temática das crianças e das produções do feminino. Encontrei-me com trabalhos em diferentes áreas do saber, mas com incidência maior nos campos da pedagogia, educação física, sociologia e psicologia.

A procura se deu em bases de dados eletrônicas, como o Scielo, o Google Acadêmico e a o PEPSIC, sendo este último, uma base de publicações específicas da psicologia. Foram buscadas publicações desde os anos 2000. De início, grande parte dos títulos e resumos foram deixando aparecer as articulações dos modos de fazer pesquisa e escrita, quando a proposta é discutir a criança e os atravessamentos de gênero e sexualidade. O adulto, em grande parte dos trabalhos, comparece como autoridade capaz de compreender e se responsabilizar pelas relações das crianças.

A busca feita, de nenhum modo, pretende esgotar as possibilidades de análise das publicações da temática. Aproprio-me de algumas que me capturaram pelo resumo, pelas palavras-chave, ou por um título provocante, para pensar as aproximações e distâncias com a proposta que arrisco. Os diálogos que seguem são feitos com publicações brasileiras, entendendo marcadores locais para as questões de gênero, sexualidade e produções de identidades, exceto um trabalho produzido na Itália, com tradução no Brasil.

A Italiana Egle Becchi circula pelos temas das infâncias, femininos e a educação. Becchi (2003) dialoga, a partir de um referencial psicanalítico, a relação da menina com sua mãe, buscando uma “pré-história do feminino” (BECCHI, 2003). O texto busca um caminho de pautar a relação mãe-filha, mas tomando como perspectiva o lugar desta última, ou seja, é uma proposta de trazer para a escrita a criança menina enquanto foco e destaque.

Na leitura, é possível ir se apropriando de provocações históricas sobre como a menina adquiriu status de certa fragilidade. Há indicações interessantes sobre um silêncio que imperou em determinados momentos históricos sobre a menina e se configurou como constituinte da mulher. Em relações com cuidadoras e amas, entre os séculos XVI e XIX, dizia-se por gestos, além de palavras e tais gestos parecem ter colado muito mais no corpo da menina. Certos movimentos do corpo eram valorizados como característicos de menina, de ser feminina. (BECCHI, 2003).

A partir disso, é possível pensar algo interessante e que se atualiza. Não falamos de uma palavra que constitui determinado modo de habitar o mundo, mas um conjunto de rituais, gestos e acenos inscritos e reiterados no corpo da menina até sua vida adulta, tornando-se elementos marcadores de sua condição feminina. A sedução e a delicadeza expressam em gestualidades, mais do que as palavras, são, até os dias atuais, o que diferencia e delimita a expressão feminina.

Algo mais merece ser destacado sobre esse texto. Trata-se do fato de, apesar do esforço da pesquisa de dar ênfase à filha pequena ao sujeito menina, no campo conclusivo, ainda persiste o retorno ao adulto como sujeito da mediação e, de certo modo, da responsabilidade, pois ao final o texto faz indicações para que as mães estabeleçam determinadas relações com suas filhas. Ainda que seja uma proposta política de constituição de sujeitos femininos mais autônomos, as condições e garantias para que isso aconteça ainda passam pela ótica adulta, das mães e das instituições.

Outro texto que me roubou, inicialmente pelo título, foi um trabalho de conclusão do curso de pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em: "Que linda, parece gente grande: construção de um ideal de feminilidade na infância", Ribeiro (2014) discute os atravessamentos do que é pactuado como feminino a partir de hábitos e vestimentas para crianças. A autora faz buscas nos processos de propaganda e nas respostas de clientes em duas lojas virtuais que tem como proposta a venda de roupas infantis.

A partir das imagens que Ribeiro (2014) traz, percebem-se os investimentos para uma propaganda de acordo com conceitos de moda de passarelas adultas. Existem apontamentos interessantes, a partir da pesquisa, sobre como as roupas de meninas atualmente podem ser relacionadas diretamente à vestimenta adulta da mulher e de um tipo de mulher em específico: a vaidosa, graciosa e sedutora, conectada com o mercado da moda.

Entretanto, corroborando o sujeito da infância como inocente e mero receptor de conteúdos, o texto de Ribeiro (2014) constrói um caminho de culpabilização do adulto. Há uma crítica direcionada para o que pode ser tomado como adultização da criança. Com essa crítica, aparecem os discursos da influência, do exemplo e da responsabilidade principalmente parentais. Desse modo, corre-se o risco de cair na cilada de manuais pedagógicos, de um sujeito criança universal e ainda cristalizar a família nuclear como lugar da proteção e educação do corpo da criança.

Corpo também foi um incômodo nesta leitura. Um corpo de criança exposto em uma roupa dita sensual pelo universo adulto é problematizado no trabalho, aparecendo, por vezes, com potencial suscetibilidade ao desejo pedófilo, a partir do quanto a roupa expõe. Reside aí um perigo político complexo, não mais pela questão da roupa em si, mas da formação discursiva que sustenta algumas afirmações. Seria a pedofilia então justificável a partir da vestimenta da criança, bem como o senso comum faz sobre o abuso sexual de mulheres? Instigar tais questionamentos é de extrema importância para deslocar os lugares que, no discurso de proteção da criança inocente, acabam por criar armadilhas e ainda silenciam movimentos legítimos desses corpos na tecitura de gêneros e sexualidades.

No campo dos femininos, para além de desnaturalizar formatos, me interessam as estratégias de disciplina e controle que podem se dar sobre um corpo para que se faça feminino e então captar as táticas e resistências possíveis. Novamente, marcando um lugar para esta pesquisa, numa sociedade em que um adulto específico ou o Estado são sempre os que podem dizer algo sobre as crianças, eles irão importar, mas o exercício é de tentar escapar dos adultos, para ouvir sons crianceiros.

Nesse sentido, me aproximei da dissertação de mestrado “Girando entre princesas – performances e contornos de gênero em uma etnografia com crianças”. A autora propôs diálogo entre produções cinematográficas de Princesas Disney e os atravessamentos das questões de gênero e sexualidade entre as crianças de escolas do estado de São Paulo. Bueno (2012), caminha por uma discussão de gênero como performance, já indicando proximidades com os estudos *queer*, evidenciando as tecnologias e componentes estéticos de princesas clássicas (Cinderela e outras) e as rebeldes (Mulan e outras).

Construídas em momentos históricos diferentes, com décadas de distância entre si, Mulan, no nicho das rebeldes, traz em si potências para questionar o discurso da imutabilidade do gênero. Sua história conta que, a partir de uma série de estilizações que a aproximaram de uma composição com o masculino, Mulan se fez guerreiro e conseguiu lutar, contrariando expectativas familiares de que se tornasse uma moça pronta para o casamento. (BUENO, 2012).

Todavia, o texto possibilita captar como essa curva que Mulan faz nos moldes convencionais do ser princesa, acaba por retornar ao lugar do matrimônio heterossexual e do amor romântico, pois ao final Mulan vitoriosa como guerreiro, performa o feminino

esperado para seu corpo, encontra um homem e se casa. A princesa retorna ao lugar tradicional mesmo sendo rebelde, pois ainda implica um príncipe e um final feliz.

Me aproximei da autora na temática, mas, também, na aposta nos espaços de brincadeira e lazer como um campo potente. Bueno (2012) aponta que eram nos lugares com raras presenças adultas que as crianças estabeleciam seus acordos e trocas. Entre fabulações e brincadeiras, no espaço do parque da escola, a autora parece ter atenuado certas necessidades, próprias do adulto (ainda mais do adulto acadêmico), de estabelecer conclusões e análises, para se atentar aos movimentos e regimes que as crianças estabeleciam.

Foi entre gira-giras, gangorras, tanques de areia e balanço aos pés das árvores que a pesquisa mostrou seu outro lado: era no parque, longe dos olhares e broncas das adultas, que as crianças tinham mais margem para serem quem quisessem. (BUENO, 2012, p.109)

É possível ir sentindo com a pesquisadora que, o fato de o parque ser um espaço em que as crianças anseiam e agem de modo mais livre, não indica ausência de norma. Segundo Bueno (2012), as crianças demarcavam entre si quais eram as brincadeiras de menino e quais eram as brincadeiras de menina, quais cabiam às crianças maiores e quais às menores. Em momentos do texto em que a pesquisadora aparece se divertindo ao balanço, seu corpo provocou espanto. Uma adulta no terreno das crianças. As crianças funcionavam então, como os próprios reguladores dos espaços e dos pares de brincadeiras.

Os elementos de composição dessas regulações não são isentos dos efeitos de relações pedagógicas. Todavia, a partir dessa convocação da autora, pensamos com Foucault (1979) que as relações de poder se dão sem pontos de origem delimitados, mas de modo complexo, o poder pode se configurar a partir de incidências múltiplas. O controle não estaciona no adulto. É necessário considerar que as crianças não são simples receptores, elas também fazem funcionar o controle, a norma e a disciplina.

Os trabalhos de Wenzel; Stigger; Meyer (2013) e Wenzel (2012) também pautam os lugares do feminino e masculino, tomando como sujeitos da pesquisa, crianças e adolescentes de escolas do sul do Brasil. No tempo e espaço do recreio escolar, por vezes tido como momento de maior liberdade nos turnos escolares, os textos trazem a dimensão das normas de gênero circulando através das brincadeiras e conversas, sem a intervenção adulta. Entre si, as crianças sustentam os lugares do feminino e do masculino. Entretanto,

mesmo prevalecendo o que é de “menino” e de “menina”, em ambos os textos, as pesquisas se atentaram aos escapes e são esses embates que possibilitam a argumentação do caráter construído e não dado naturalmente do que é ser sujeito feminino e sujeito masculino.

Outra pesquisa que despertou interesse foi de Takara (2017), onde aparecem corpos de meninos afeminados no cinema e na literatura. O autor ataca, através das narrativas dos afeminados, o sistema binário e familiarístico de produção de sujeitos heteronormativos, que são interpretados através das relações pênis-masculinidade, vagina-feminilidade. O trabalho, apesar de ter como mote os femininos em meninos, vai ganhando força com uma proposta desviante muito mais ampla.

Trazendo histórias para o corpo do texto, vão-se traçando os percursos de vidas, que burlam as coerências esperadas para seus corpos. “Histórias narradas também registram corpos, políticas e vidas que importam. (TAKARA, 2017, p. 241)”. Trata-se de uma produção que se aproxima das intenções de pesquisa que tento trazer, pois quando produzimos escritas sobre vidas, também fazemos política de afirmar a multiplicidade da existência. Narrar o desvio é reivindicar o direito de seu aparecimento. É com sujeitos desviantes que o texto de Takara (2017), fala das culturas de morte e dos caminhos de vida na composição com os femininos.

Para além da discussão de corpos desviantes, o texto de Takara (2017), me convocou pensar a produção de ódio ao feminino. O texto trata de modo tímido da misoginia, mas o que cabe na frase, tomada como ofensa a um menino, “É mulherzinha”?! Os meninos afeminados, que decepcionam a masculinidade, adentram territórios historicamente preteridos, os femininos. As dores de desviar juntam-se às dores de habitar um terreno violentado e inferiorizado nas relações. (Fe)meninos tornam-se verdadeiros assombros por recusarem a masculinidade enquanto performance.

Ainda apostando nas resistências, encontrei-me com o trabalho de Caldeira; Paraíso (2016), discutindo, no contexto escolar, atravessamentos entre alfabetização e gênero. Torcendo a aparente estabilidade do universo das palavras e do gênero na linguagem, as autoras aliam-se à força das crianças de provocar abalos nesses terrenos. Na pesquisa, aparecem os estudantes constituindo palavras e a realizando as atividades propostas de modo não convencional no que diz respeito às normas de gênero naturalizadas nas palavras.

A universalidade do gênero masculino no exercício da linguagem é resistida pelas crianças nas atividades em sala, onde era esperado “professor” na descrição de uma cena onde havia a figura sugestiva dessa função, muitas escreveram “professora”, sendo esta última a proximidade, a realidade e a experiência cotidiana de cada uma delas. As crianças conviviam com a figura da educadora no feminino, este era o dado em suas vivências. Ainda assim, o discurso da professora parece ter sido o da correção, da explicação do universal masculino quando se refere à figura do educador sem identificação, legitimando, com isso, a construção de um discurso de que a criança ainda não sabe, portanto, tem que aprender. “Mostrando como as definições gramaticais são arbitrárias, algumas vezes as crianças confundem os sentidos nesse currículo, apresentando outras possibilidades de pensar o ‘mundo das palavras e dos gêneros’.” (CALDEIRA; PARAÍSO, 2016 p. 762).

A partir disso que as autoras apontam, é possível sustentar o não-saber da criança como brecha e deslocamento. É um não-saber pela perspectiva adulta. Mas existe uma conexão com um real, com a localidade que é produzida em um cotidiano específico. As crianças conseguem acessar os sentidos antes das regras. Desse modo é que somos convidadas pelas crianças a operar em outros funcionamentos, que não sejam constituídos pelas certezas e rigidez adultas. “Talvez seja possível entrar em uma lógica infantil, mudar a função dos verbos e fazer a linguagem delirar formando e transformando sentidos, discursos e corpos.” (CALDEIRA; PARAÍSO, 2016, p.770).

Ainda sobre relações criancieiras, encontrei o texto de Cruz (2012), que realiza um trabalho etnográfico com clubinhos de crianças em uma escola de São Paulo, trazendo recortes de um estudo de 1942, sobre *trocinhas* de Bom Retiro, o nome de agrupamentos de crianças que se reuniam para brincar. O trabalho de Cruz é atravessado pelas *trocinhas* numa tentativa de sustentar a afirmativa de uma cultura infantil possível e mais autônoma em relação ao sujeito adulto. O trabalho se debruça sobre as questões de gênero, as negociações entre as crianças no que diz respeito aos clubes mistos ou “só de meninas” e “só de meninos”. Apontamentos interessantes me convocaram na leitura, um deles é sobre uma maior fluidez das meninas de abandonar o que era tido como do campo feminino, para brincar e estar em coletivo nos clubinhos mistos. Uma preocupação maior parecia pesar sobre a afirmação da masculinidade nos meninos (CRUZ, 2012).

Ainda neste texto, aparecem as afirmativas de práticas e discursos que operavam entre as crianças que, apesar de estarem em relação ao dito mundo adulto, não se mostravam dependentes dele para pactuar seus modos de existir.

Apesar de compreender, em conformidade com Mariano Narodowski (1998), que a infância no Ocidente moderno tem a marca da heteronomia, da dependência e da obediência ao adulto em troca de proteção, parto do pressuposto de que as contradições permeiam os espaços e de que as crianças não respondem passivamente às expectativas construídas sobre elas. (CRUZ, 2012, p.4)

Há um desafio latente convidando a produção acadêmica a desocupar a arrogância de falar sobre crianças, de pensar políticas e pedagogias para crianças, considerando-as apenas como seres do futuro, do depois, do amanhã. O que se diz sobre elas precisa ser dito com elas, fora dos regimes de tutela. Arrisco dizer que poderíamos produzir outros modos de vida invertendo as relações que nos encaminham para a vida adulta e retornando à criança. Se existe um mundo pautado em lógicas adultocêntricas e este mundo produz verdades universais, vidas que valem menos e modelos de existência, quais poderiam ser os regimes e configurações de um mundo crianceseiro?



## Alucinação: suportar o dia-a-dia como aposta metodológica.

Eu não estou interessado, em nenhuma teoria  
 Em nenhuma fantasia, nem no algo mais  
 Nem em tinta pro meu rosto, ou oba oba, ou melancolia  
 Para acompanhar bocejos, sonhos matinais.

Eu não estou interessado, em nenhuma teoria  
 Nem nessas coisas do oriente, romances astrais  
 A minha alucinação, é suportar o dia-a-dia  
 E meu delírio é a experiência com coisas reais

Um preto, um pobre, uma estudante, uma mulher sozinha  
 Blue jeans e motocicletas, pessoas cinzas normais  
 Garotas dentro da noite, revólver: cheira cachorro  
 Os humilhados do parque, com os seus jornais

Carneiros, mesa, trabalho, meu corpo que cai do oitavo andar  
 E a solidão das pessoas, dessas capitais  
 A violência da noite, o movimento do tráfego  
 Um rapaz delicado e alegre, que canta e requebra  
 É demais!

Cravos, espinhas no rosto, rock, hot dog  
 Play it cool, baby, doze jovens coloridos  
 Dois Policiais, cumprindo o seu duro dever  
 E defendendo o seu amor e nossa vida  
 Cumprindo o seu duro dever e defendendo o seu amor  
 E nossa vida

Mas eu não estou interessado em nenhuma teoria  
 Em nenhuma fantasia, nem no algo mais  
 Longe o profeta do terror, que a laranja mecânica anuncia  
 Amar e mudar as coisas, me interessa mais  
 Amar e mudar as coisas  
 Amar e mudar as coisas, me interessa mais. (BELCHIOR, 1976)

Uma pesquisa ocupada das coisas reais. Assim inicio, com a canção<sup>1</sup> de Belchior, mas não somente com ela, um caminho metodológico neste trabalho. A escolha dessa música para disparar um diálogo sobre o fazer pesquisa é desejo de indicar a tentativa de produzir conhecimento a partir da *experiência com coisas reais*.

---

<sup>1</sup> “Alucinação”, canção composta nos anos 70 por Antônio Carlos Belchior, nordestino estimado por quem arrisca essa escrita, morte em 2017, mas caminho vivo. Alucinação, como outras tantas composições de Belchior abre caminhos para um fazer diferente do que se pensava, um convite para dar espaço para outras existências que escapem do que foi teorizado. A própria vida de Belchior é um anúncio desse outro modo de existir. Nada convencional, escapou de muitas prescrições e cessou sua existência nas margens da produção musical hegemônica. Há relatos de uma continuidade de composição musical após seu “sumiço” desde 2007, mas, tendo ocorrido de fato, isso se deu na localidade, distante da captura musical tradicional.

Não se pode negar que existem defesas para as afirmativas de que o científico é dado a partir de objetos de pesquisa isoláveis e comportamentos classificáveis. Coisa de gente grande, de adulto se esforçando por controlar variáveis e prever a vida. Neste texto, tomo outro caminho que, por mais clichê que seja, só é possível no caminhar. Nos encontramos com as descontinuidades, as localidades e os afetos que pulsam em cada sujeito envolvido. Neutralidade e imparcialidade não se constituem enquanto possibilidade metodológica para esse trabalho. A implicação, o “tudo junto e misturado”, as aceitas e as recusas são condições de uma pesquisa que se faz com o vivo.

Não estar *interessado em nenhuma teoria*, na canção de Belchior, cabe aqui no sentido de trazer um caminho metodológico que não manifeste intenções e expectativas carregadas de teorias que se propõem prontas e universais, que aparecem antes do corpo, antes da experimentação e dos sentidos. Nessa colocação, uma pontuação se faz importante. Produzir saber desinteressado de teorias duras e imutáveis não implica uma ausência de cuidado no pesquisar. Uma disponibilidade é solicitada ao pesquisador, para que mantenha, por meio do olhar atento ao que se passa, ao que escapa, ao dito e ao não dito, uma ética de pesquisa interessada em sujeitos e suas práticas, para além das teorias.

Estar atento aos detalhes mais triviais como as *espinhas no rosto*. É nisso que se acredita ao pensar uma forma de produzir ciência e saber, onde o corpo do dito pesquisador consiga estabelecer uma relação com o campo de pesquisa que não seja de verificação, mas sim, de experimentação.

Faço um convite a uma prática de criança de se aventurar com o cotidiano, de se fazer poroso ao sutil, ao pequeno. Sentir os cheiros, os sabores, as texturas; deixar-se afetar pelas sensações; habitar os espaços, circular por eles; ouvir pessoas e sons. Alves (2015) discute os movimentos de pesquisas que se dão nos cotidianos. Ela retoma Certeau (2014) e em ambos é possível ir tecendo a compreensão do cotidiano como uma complexidade de atos, de jeitos de fazer, de vestir, de comer, de educar e de aprender, dentre muitas outras práticas possíveis aos chamados praticantes.

O convite é experimentarmos com crianças, como crianças, entendendo que elas se constituem, também, enquanto praticantes de cotidianos, reinventando os modos de fazer e de existir. Para tanto, é preciso, inicialmente, se incomodar com uma constituição social onde a criança aparece como ser passivo, educável, que mais tem a aprender sobre o

fantástico mundo dos adultos, onde a disciplina, a vigilância e até a dominação saltam como condição de convivência com elas. Existir criança parece implicar estar localizado sempre em relação ao existir adulto, ela acontece no embate com o adulto e isso se dá pelo imperativo de que elas têm que aprender como é o mundo.

Uma pergunta motiva tal incômodo. Quais outros mundos seriam possíveis se a existência criancieira fosse considerada em si e não apenas como uma fabricação para o existir adulto?! Como construir pensamento e palavra com práticas desinteressadas ou desinteressantes, mas que anunciam outros modos de estabelecer relações éticas, estéticas e políticas com o corpo, diferentes do que o regime adultocêntrico convoca?

Devidamente incomodados, podemos seguir. Crianças aprontam, zombam, escapam do roteiro, provocam espanto e constrangimento. Existindo sempre em relação, relembram ao adulto o que os coloca em tal posição. São educadas, advertidas, vigiadas, punidas e corrigidas por uma vasta e densa rede de cuidadores e, mesmo assim, elas conseguem aproveitar brecha, fazer furos.

Certeau (2014), torna-se um companheiro para discutir práticas criancieiras enquanto táticas. Ele indica a tática como um fazer que: “Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em ‘ocasiões’. Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas” (CERTEAU, 2014, p. 46). As crianças são sujeitos táticos por excelência. Elas agem no terreno do outro. Dispondo do que encontram no caminho, encontram jeitos de jogar o jogo do outro ou de desfazê-lo. É com táticas, fazeres e resistências criancieiras que é inventada essa pesquisa.

Ao contrário das estratégias, que são produtoras e impositoras, as táticas fazem uso, funcionam pelo aproveitamento do campo do outro. (CERTEAU, 2014). Quando assumimos que há uma série de discursos dizendo verdades sobre existir criança, construindo roteiros de relações, do que é permitido e do que é proibido, do bom e ruim, compreendemos as investidas do poder pelo campo estratégico. Mas o que nos interessa é a potência de reinventar os cotidianos enquanto se pratica, produzindo desvios nos roteiros, atribuindo localidade às tentativas de se afirmar a criança universal.

As estratégias consideram uma organização e um certo planejamento. A tática acontece pela oportunidade. Desse modo, torna-se difícil imprimir previsibilidade ao pensar a

tática, torna-se difícil reproduzi-la ou representá-la, aos modos de uma pesquisa de laboratório ou de construção de roteiros, manuais e catálogos. Como pensar, então, uma ciência onde possamos tensionar táticas, considerando os espaços em que se configuram? Como produzir um conhecimento que não insista em transpor vida para um laboratório e construir representações de fazeres que perdem a potência quando descolados do espaço e tempo em que se dão? (CERTEAU, 2014)

O convite é para uma brincadeira que acontece junto a outras, mas tem um lugar próprio: a brincadeira do corpo. Com essas crianças, queremos dizer outros modos de viver o corpo e as composições dos femininos nos cotidianos experimentados. Os lugares pensados foram praças, inicialmente duas, consideradas por realidades socioeconômicas específicas. Mas ao longo do trabalho, as sensibilidades e atenções que a praça suscita, se atualizam em outros lugares e veremos outras geografias aparecerem. Assim como a praça trouxe cena e práticas de outros espaços, a disposição de pesquisa da praça também se atualizou fora dela. Foucault (2013) possibilita a discussão de espaços que atualizam outros, as heterotopias. As práticas que interessam nessa pesquisa, recebem destaque nas praças, mas também se dão em outros espaços e temporalidades. Afinal, como poderia simplesmente omitir movimentos intensos por não terem se dado na demarcação específica que a ciência tradicional me convidou a nomear como campo de pesquisa?

A atenção para as práticas que compuseram essa pesquisa se deu a partir de meados do ano de 2017, após muitas trocas com o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades e manteve-se ativa em campo até Junho de 2018, onde entendeu-se que já havia muito a ser dito com as crianças para esse trabalho. No período de 1 ano, foram feitas visitas com uma programação prévia de periodicidade quinzenal nas duas praças pesquisadas. Entretanto, algumas situações como chuvas e outras condições climáticas, inviabilizaram a manutenção da programação e, mais uma vez, entendemos que este modo de pesquisar tem o ritmo ditado pelo campo.

Para essa aventura de andanças de praças e afins, o uso da narrativa tornou-se um recurso de escrita que dá caminho para a memória e produção de sentido com o vivido, com o experienciado nos encontros. (ALVES, 2015). Não são relatos isentos para produção de análises e interpretações. As afetações que atravessam meu corpo comparecem em cada contorno das cenas/narrativas.

As imagens construídas foram feitas a partir de conversas onde, por vezes apareceu minha voz e outras em que estive no silêncio. Em todas, meu corpo falou. Fiquei surpresa, alegre, assustada, temerosa, fui confrontada e descobri como estão grudadas em mim algumas certezas a ponto de direcionar um “ela” para um menino de cabelos grandes e ficar desconcertada com o retorno de que se tratava de dizer “ele”. Faz-se uma pesquisa que é intervenção todo o tempo, no campo e no pesquisador.

Narrar tornou-se o modo de produzir texto e a conversa o modo de estar junto com praticantes de cotidianos. A aposta na conversa aparece como potência em uma pesquisa com cotidianos por essas se darem nos encontros, no estar junto com o outro e não seguirem roteiros. Um roteiro presume o regime de entrevista, a tentativa de previsibilidade ou de tentar criar um campo mais ou menos demarcado dentro das respostas possíveis. A conversa é a abertura à possibilidade. Aquilo onde se começa falando de uma coisa e se é conduzido a outra, por fios múltiplos, por uma palavra que muda o rumo da prosa. (RODRIGUES, 2009).

A imprevisibilidade do recurso de conversa se constitui como mais um elemento que situa a pesquisa com cotidianos. Aos modos de Alves (2015), o acesso às práticas cotidianas adquire um contorno particular em cada pesquisa. Desse modo, não cabe um roteiro de entrevista ou um protocolo de abordagem dos sujeitos previamente definidos ou estruturados. O pesquisador conta, de antemão, com a disposição de atenção e porosidade às práticas.

Nessa aposta, enquanto pesquisadora, mesmo antes de estar nas praças eu já contava com uma certa atenção e disposição, mas os caminhos de pesquisa se deram no campo, enquanto se fazia. Para nenhuma das abordagens, conversas e narrativas que aparecem nesse texto, seria possível um instrumento como uma entrevista. Nas práticas cotidianas experimentadas, os instrumentos foram se fazendo pelas demandas do campo e seus praticantes.

Uma pesquisa feita de conversas e narrativas. Importante pontuar que não há uma intenção autoral quando digo que uso narrativas. Elas não são (somente) minhas. Em meio às conversas escutei sobre sujeitos e práticas em outros tempos e espaços, mas que foram atualizados nas conversas, produzindo afetações. As pessoas com quem estive em conversa também narraram outros acontecimentos. A composição das narrativas no texto

também se faz como anúncio e iniciativa de se manterem vivos os sentidos e afetos nos/dos encontros, possibilitando a quem nos lê tornar-se, também, um conversante com a narrativa.

Já dito, o pesquisador também se torna pesquisado, também se torna um praticante, compõe a cena com seus atravessamentos e, assim, a produção desse saber vai se dando no coletivo. Com a escrita não é diferente. A autoria deste texto é múltipla. Certeau (2014) novamente comparece provocando o lugar de autoria individualizante que é comum aos discursos científicos. Ele aponta que, na realidade, uma rede é construída no fazer pesquisa e isso extrapola as limitações individuais.

O caráter coletivo grita quando pensamos que nessa escrita nos encontramos com crianças, mas não só as pequenas, também aparecem as que habitam corpos crescidos. Há a proposta da praça pública como um lugar disparador, mas não é só esse o lugar. Na autoria coletiva, este texto ainda conta com as crianças dos encontros semanais da sala aconchegante e recheada do nosso Grupo de Estudos em Sexualidades. A orientação coletiva e colorida foi o convite acadêmico que mais possibilitou esse pesquisar *com*, convocando a ir largando a autoria individual e vaidosa. Uma aposta ética e política de formação de vida comum, tensionamento e desdobramentos na contramão de regimentos tão duros e individualizantes do nosso tempo.

Ao “esquecer” o trabalho coletivo no qual se inscreve, ao isolar de sua gênese histórica o objeto de seu discurso, um “autor” pratica, portanto, a denegação de sua situação real. Ele cria a ficção de um lugar próprio. Malgrado as ideologias contrárias de que pode ser acompanhado, o ato de isolar a relação sujeito-objeto ou a relação discurso-objeto é a abstração que gera uma simulação de “autor”. Esse ato apaga os traços da pertença de uma pesquisa a uma rede – traços que sempre comprometem, com efeito, os direitos autorais. Camufla as condições de produção do discurso e de seu objeto. Esta genealogia negada deixa lugar ao teatro combinando um simulacro de objeto com um simulacro de autor. Um discurso manterá, portanto, uma marca de cientificidade explicitando as condições e as regras de sua produção e, em primeiro lugar, as relações de onde nasce. (CERTEAU, 2014, p.104)

Certeau (2014) já dizia sobre a rede que se forma para o pesquisar. Em Rodrigues (2009), há, também, uma afirmativa do fazer pesquisa em meio a redes, malhas tecidas nos cotidianos que conectam, fazem circular, produzem jeitos de inventar a vida, modos de habitar o espaço, de se articular com estratégias de poder. Nas redes em que ousa, o tecido é composto por jeitos crianceiros e os jeitos adultizados; normas de gênero; núcleos

familiares e praças públicas; brincadeiras de meninas; brincadeiras de meninos e aquelas apenas brincadeiras; tudo isso junto e misturado, costurando discursos e práticas sobre corpos. Importa dizer que pesquisar em redes carece de atenção aos complexos e múltiplos discursos que compõem sujeitos, mas não é possível esgotar todas as discussões possíveis sobre os elementos que tecem as redes. Reafirmo que existe um olhar de pesquisadora interessada e implicada que, entre a complexidade, busca por tensionar táticas ousadas pelas crianças e que são essas capazes de desfazer e refazer costuras.

Não há um ponto de chegada demarcado, onde entregaríamos uma certa teoria, um conhecimento que, legitimado como científico, se tornaria produção de verdade aplicável. Dialogando com Foucault (1979, p.71), pensamos que: “a teoria não expressará, não traduzirá, não aplicará uma prática: ela é uma prática. Mas local e regional, não totalizadora.” Assim, isso que podemos chamar de uma certa teoria, já seria por si só, uma prática. Mistura, produz e intervém nas práticas.

Aqui me lembro de Belchior e de sua canção que acompanhou tantas vezes os movimentos dessa escrita. Por vezes, enquanto escutava a música e lia, pensei como Foucault parece poder concordar com Belchior ao não aceitar uma ideia de teoria que se separa da prática, produzindo uma intelectualidade que analisa e aplica conceitos a um campo, em busca do *algo mais* do sujeito. Juntar Belchior e Foucault, dessa forma, produz uma bagunça crianciera, uma desordem nas convictas posições científicas de formular conceitos universais. Nesse modo de fazer, cabe o delírio da experiência com coisas reais, para pensarmos práticas onde amar e mudar as coisas interessem mais do que a verificação do cientificismo.

Mudar as coisas com essas existências espertas que são as crianças, parece um convite interessante. Com dúvidas, questionamentos e surpresas, crianças conseguem incomodar, provocando as ações de desespero para reiterar normalidades, estratégias disciplinares. No descuido dessa disciplina é que ela faz e acontece. Nas praças, nas ruas, nos encontros de bar e de estudos, muitas crianças atravessaram a mim e este texto. Vamos encontrá-las.

### **Nas praças: as crianças, os femininos e eu.**

Este título é um indicativo de tudo que apareceu nessa pesquisa. Não existem, no modo de pesquisar em que se aposta, objetos de estudo isolados, sujeitos e espaços desconectados. Como já dito, esta é uma pesquisa que se faz em redes. O tempo todo comparecem os atravessamentos de cada praça, das crianças, das concepções de feminino e os meus próprios atravessamentos.

Falamos da praça como um espaço escolhido pela oportunidade de estar com crianças em diferentes situações, com finalidades diversas, um lugar com possibilidade de circulação. Os parques infantis que geralmente elas comportam, atraem presenças que interessam neste trabalho. Não só os parques, bem como as quadras esportivas, os terrenos de circulação livre onde se veem crianças correndo, pedalando, estabelecendo relações com outras, fazendo aparecer as convergências e os embates entre as diversas configurações e modos de viver o corpo.

Desse modo, as praças aparecem não como *um* campo, em um sentido rígido, determinando a espacialidade da praça como local dado e imutável de pesquisa. Do contrário, praças surgem como campos, no plural não só por terem sido duas, mas por terem ido muito além. Na espacialidade da praça cabem os lares e seus funcionamentos; a escola; a igreja e até outros mundos, fantasias vividas ali. Além disso o plural indicando campos, surge quando percebo que a postura de praticante da praça, no contexto de lazer, socialização e de encontros não marcados, colou em mim e se atualizou em outros espaços que estive no tempo de duração deste trabalho. A praça tornou-se pretexto e estímulo a uma certa atenção de pesquisa.





Figura 1 - O que se passa pela/na praça?

Um evento religioso, reunindo fiéis na pracinha do bairro, dispõe sobre ela a realidade de uma igreja. As crianças colorindo a praça de uniformes fizeram pensar, em alguns instantes, que viviam um momento coordenado pela escola ali. Mas na realidade, só migraram grupalmente e, em algumas conversas, percebi que o tema ainda era a tarde escolar, mas num outro espaço.

A moda dos *food trucks*, os caminhões de comida, o que mais é, senão a organização de restaurantes na praça? Não se tratam apenas de um carrinho ambulante com pipoca ou churros. Neste caso, ocorrem investimentos em oferta de serviços em praça pública, quando até então só eram pensados em um estabelecimento fixo. Desse modo é que me aproximo de Foucault (2013) para pensar a praça como uma das possibilidades desses outros espaços, ou seja, a praça como uma heterotopia: “Em geral, a heterotopia tem como regra justapor em um lugar real vários espaços que, normalmente, seriam ou deveriam ser incompatíveis” (FOUCAULT, 2013, p. 24).

Lugar de brincar, lugar de comer, lugar de rezar, de dormir, para alguns. Além das heterotopias que a praça pode possibilitar, ela também é um lugar onde pessoas, supostamente não agrupáveis, podem chegar a dividir terreno, ar, conversa e banquinhos. O morador da rua pode, em alguns casos, transitar por ela ou fazê-la sua morada transitória, dividindo espaço com aqueles que estão ali só a passeio. Um ato político pode ser convocado, tendo como ponto de encontro a praça, reunindo militantes e outros praticantes da praça, colocando heterogeneidades para coabitar.

Butler (2018), traz apontamentos sobre a praça pública ao fazer a discussão do direito de aparecer. A autora, que também é companheira neste trabalho nas conversas sobre relações de gênero, indica a praça como um desses lugares que sujeitos ou grupos utilizam para conviver, para se reunir e reivindicar a condição de aparecimento. Dessa forma, ocupar a praça torna-se, por si, um ato político, pois, nessa região central de bairros e cidades, corpos podem tornar-se visíveis, podem aparecer, ainda que o único intuito seja justamente dizer: “existimos!”. As nossas crianças na praça; nós, como crianças na praça, também queremos aparecer nos modos como compomos nosso corpo e estabelecemos relações com os outros.

Essas considerações me recordaram de uma das praças mais conhecidas e antigas da minha cidade natal, Teixeira de Freitas, no Extremo Sul da Bahia. Nomeada como praça da bíblia, ela já serviu tanto para os meus passeios de criança, para dançar forró e para comer. Ocorrem nela ações de secretarias públicas, como campanhas de vacinação ou de combate às doenças; eventos religiosos e esportivos.

Possui, nas noites, uma oferta de barraquinhas de alimentação e, há alguns anos, índios da região encontraram nela um espaço para se hospedarem enquanto passam pela cidade em um costume tradicional dos povos indígenas das proximidades. Há quem se espante ao passar por essa praça central e ver pessoas dormindo; lavando suas roupas ou tomando banho na distribuição pública de água; comendo; transando; enfim, fazendo daquela praça uma morada.

Nesse período em que eles ocupam a praça, é possível perceber a tensão que essas presenças provocam na rotina da cidade. Dentre tantas diferenças, é notável e interessante trazer aqui que outros regimes funcionam na relação com as crianças. Elas convivem com essa organização do seu povo em praça pública, andam nas ruas com adultos, quase sempre atrás deles, por terem um ritmo corporal mais lento. Mas seguem, em seu passo, escancarando uma outra relação que não seja essa dos olhos vigilantes todo tempo sobre seu corpo.

Esses contrastes de jeitos de fazer, pensando no termo de Certeau (2014) e sediados em praça pública, produzem movimentos, incômodos e até ações oficiais para que esses índios desocupem a praça. Ainda que tentem contê-los, há um movimento de ocupação. É frequente eles serem conduzidos de volta para as aldeias de origem por organizações

do poder público. Porém, passado algum tempo, um grupo retorna, em um deslocamento que já é tradicional. Os índios na praça escancaram que esse local pode se atrever a serem muitos e colocar em relação corpos e modos de vida bem diferentes.

Vou seguindo, considerando esse lugar, nomeado praça, que pode ser tantos outros lugares também. Comumente, a praça tem como vizinhança igrejas, escolas e postos de polícia. Nos presídios, geralmente são posicionadas ao centro e em alguns, pode ser o único lugar onde as pessoas presas podem ver algo além de paredes e telhado, no banho de sol. O pátio da escola é espaço de trégua em meio às paredes e cadeiras da sala de aula. A praça do bairro é recreação para crianças durante o dia e palco de encontros para jovens namorados à noite. São discutidos como espaços de certa convivência livre. Mas serão tão livres assim?

Não à toa, são posicionadas nos centros das instituições e das cidades. Há o convívio, aberto, mas passível de vigilância. Nos anos duros da ditadura militar no Brasil, habitar a praça em coletivos se constituía como prática criminosa e cabível de punição. Lugar onde era proibido o motim, o toque e palavras consideradas ameaças à ordem.

Foucault (1999), em um trabalho que traz elementos espaciais como instrumentos do poder, faz menção à praça diversas vezes, se referindo a ela como o cenário histórico da morte exposta, do suplício, da ostentação do direito do soberano de fazer morrer de forma massiva, até meados do século XVIII. A exposição em praça pública, nesses casos, se constituía como disciplina e exemplo. Vemos, assim, que a praça é política desde o início de sua ocupação nas cidades.

No tempo presente, como se dão as relações nesse espaço que já foi de manifestação de poder, horror e morte e agora está no apelo popular como possibilidade de convivência comunitária? O que se passa, então, nas praças tidas como espaço de lazer, de socialização e de encontros? Todos são autorizados a ocupá-la?

“Espaços livres públicos urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos.” (Robba e Macedo, 2003, p.17). Um local aberto e gratuito. Intervalo entre o privado do lar e o público de difícil ocupação da rua. Desse modo, a praça foi tomando força como espaço possível para os encontros com as crianças. Com as meninas, meninos, mães, pais, babás, tios e com tudo que se dá nestes

instantes de coletivização de modos de vida. Circular e viver a praça foi se constituindo como aposta para experimentar as investidas e resistências, as efetividades e os escapes nessa empreitada de produzir corpos e femininos.

Escolhi duas praças, ambas na cidade de Vitória-ES, separadas por 10 quilômetros de distância. Porém, é preciso situar e encarar que alguns afetos me atravessaram nessas escolhas de estar em duas praças, com marcadores socioeconômicos distintos. Elas não se deram à toa. Mergulhar nessas escolhas é afirmar condições de implicação na pesquisa, o que requer análise.

Aos modos de Lourau (2004), fazer análise de implicação é se propor a esgarçar o emaranhado de afetações que me conectam à pesquisa, não no sentido de eliminá-las, mas para que elas encharquem o processo de pesquisar. Dessa forma, constitui-se uma pesquisa viva, que assume certos posicionamentos e permite a quem acessá-la, compreender o lugar a partir de onde foi feita. Não há espaço na neutralidade para camuflar minha opção por esses dois espaços, preciso lidar com elas com honestidade, até para conseguir operar com as surpresas e obstáculos que cada uma das praças me apresentou durante a pesquisa.

Foram elas a praça de Jardim Camburi e de Itararé, bairros popularizados como classe média e periferia, respectivamente. Inicialmente, as escolhas se deram permeadas por suspeitas políticas de certos filtros nos investimentos em espaços públicos em determinados locais. Desse modo, considerar as diferenças entre os recursos dispostos, tais como brinquedos, quadras, bancos, parques para animais, dentre outros acessos, pareciam-me atrativos para encontrar crianças e femininos divergentes entre um lugar e outro. Além de esperar por situações opostas, havia em mim também uma ânsia por afirmar a criança da dita periferia. Totalmente conectada com a menina que sou formada em espaços periféricos, havia a suposição de que encontraria na praça de periferia as meninas ousadas, atrevidas, pouco vigiadas.

Para possibilitar uma imagem dos espaços, segue uma breve descrição de cada praça. A praça no bairro de Jardim Camburi, que por vezes chamo de praça média, contém: um campo gramado; uma quadra pequena; um espaço de lazer para animais domésticos; um parque de areia com balanços, escorregadores e gangorras de baixa altura; bancos e

mesinhas. Nas noites, são ofertados serviços de alimentação, por *food trucks*, os carros de comida. A maior movimentação é percebida no período da tarde, após o horário escolar. Vê-se muitas crianças no parque de areia, acompanhadas de adultos. Muitas crianças uniformizadas pela escola e muitos adultos com uniformes de uma empresa de minério de ferro que emprega muitas pessoas do bairro. Frequentemente, existem pula-pulas montados, que cobram R\$ 5 e o uso costuma ser concorrido. A praça é cercada por prédios residenciais e pequenos comércios.



Figura 2 - A praça onde tudo parece muito comportado

Estive muitas vezes desgostosa de estar ali. Parecia-me tudo muito parado, organizado, tudo limpinho. Me sentia vigiada e impedida, parecia que nada aconteceria ali. Adiante será possível entender que só parecia. Nesse lugar, também existe vida e, dessa forma, também existem táticas encontrando possibilidade de acontecer a partir do descuido do poder.





Figura 3 - O território dos meninos.

A outra praça, no bairro de Itararé, que às vezes chamo de periférica, tem uma extensão territorial maior. Conta com um parque, com gramado sintético e muitos brinquedos, incluindo escorregadores altos, com tubos para a descida. Também possui uma academia popular, com diversos aparelhos de musculação, um campo gramado grande e uma quadra um pouco menor.

No fim da tarde, já é possível perceber a organização de diversas barracas para alimentação e alguns *food trucks*. Uma, em específico, fez parte da minha permanência na praça, trata-se de um vendedor de salgados a R\$ 1,00. Além de mim, muitas outras pessoas sentavam no banquinho, famintos, vindo do trabalho ou de outras atividades e comiam bastante a baixo custo. Nos arredores, farmácias, um supermercado, uma escola e pequenos comércios. O bairro é passagem para alguns morros da região e aparece com certa frequência nos noticiários da cidade como um lugar de incidência de tráfico de drogas.



*Figura 4 - O parquinho à beira do morro.*

Em uma ocasião, me encontrei com duas mulheres e duas crianças que me disseram estarem “dando um tempo” para subirem o morro e irem ao bairro adjacente, pois estavam receosas com dois homens que estavam circulando a praça, segundo elas, em atitude suspeita. Elas disseram com certeza e naturalidade, junto das crianças, que aqueles seriam assaltantes e que era só esperar um pouquinho que eles iriam sumir das redondezas. Mulheres, meninas e um menino, organizando suas práticas, suas idas e vindas, seus horários a partir da realidade dada em seu cotidiano.

Em outro momento, após chegar de bicicleta numa tarde, me sentei em um banquinho para tomar água. A praça estava com o movimento habitual. Abrindo a mochila, fui abordada por um jovem que me pediu que ficasse “de boa”, pois ele só estava pegando “um bagulho” dele. Neste momento, levantou o banco comigo sentada em uma ponta e retirou um saco plástico de uma espécie de esconderijo no mesmo banco. Entendi o que ele estava fazendo e, para não chamar olhares para nós, continuei sentada. Em poucos segundos e de modo organizado vieram pessoas, uma de cada vez, mas muito rápido, pegaram saquinhos e saíram. Ele guardou o restante e me deixou ali.



Figura 5 – Uma praça entre morros

Admito que muita coisa me capturou nesse lugar. Coisas acontecendo e eu pensando que era ali que encontraria as meninas rebeldes, as subversivas, aquelas que me contariam outras histórias dos femininos. As marcas dessa implicação foram transbordando na escrita dos diários, principalmente quando dizia da outra praça, em Jardim Camburi.

“Poucas crianças. Devo admitir que tenho me sentido desconfortável ali. Sem criança, é difícil acessar outras crianças. Quando consigo me aproximar, é sempre algo muito rápido, logo elas voltam à proteção. Não tenho vontade de voltar” (DIÁRIO DE CAMPO, 28.04.2018).

Surgiu um desejo de esvaziamento, um certo desânimo a partir do meu impasse de sustentar esse espaço que não é o da menina, filha da costureira, que queria uma tarrafa e que disparou essa pesquisa. Aliado a isso, parecia-me que essas crianças que voltam à proteção, voltam para um adulto. A frustração deu-se em ato. “Não consigo conversar com essas crianças!” (DIÁRIO DE CAMPO, 28.04.2018).



Entretanto, escrever também vai se fazendo exercício de pensamento e tornou possível questionar, junto com as provocações das crianças da orientação colorida, se não havia nada ali a ser dito de fato. Ou até se o não dito, que tanto me provocou desânimo, poderia indicar certos funcionamentos e modos de produzir, de fazer, de se relacionar. Nessa praça, as crianças pareciam-me inacessíveis, mas elas estavam e estão lá, vivendo o espaço e compondo entre estratégias e táticas, com as produções de corpos e performances de gênero.

A inacessibilidade aparece, também, a partir do olhar adultocêntrico que me atravessa. As crianças da dita praça média não eram simplesmente e voluntariamente separadas do adulto estrangeiro. O adulto também participa da construção de um terreno que exclui o corpo de uma criança, estabelece a distância e compõe a criança intocável e inocente. (SCHÉRER, HOCQUENGHEM, 1976).

São atravessamentos que dizem o tom da sensação de desconforto ocupando essa praça: um lugar estranho para a menina que sou, se misturando a um corpo de marcas adultas que gritam e estabelecem distâncias com o corpo da criança. A afetação com os espaços, torna-se ainda mais evidente ao perceber minhas reações na outra praça, no bairro de Itararé. Sorrisos de canto de boca satisfeitos, conversas mais longas, sensação de que ali a pesquisa tem maior fluidez, um certo jeito de compor feminino me parece familiar lá e tornam-se elementos convidativos. Assumo tudo isso como uma vaidade de ter pensado que encontrei o que procurava nessa praça. Tratou-se de um desejo de afirmação de uma suposta certeza que eu tinha, como se a capacidade de resistir tivesse residência fixa, na periferia. Fazendo isso, tornei-me mais um elemento ativo na produção da cisão entre os lugares e os sujeitos médios e periféricos.

Me havendo com essas sensações, pensamentos e construções que foram adquirindo contornos em cada ida aos campos, pensei, então, nos perigos e armadilhas de estabelecer dicotomias entre espaços e sujeitos. As ciladas em demarcar liberdade aqui, vigilância acolá, implica negar o caráter não localizável do poder, seria cair nas próprias armadilhas do poder.

Além disso, faz-se importante considerar que Certeau (2014) já tratava o espaço como um lugar praticado. Isso implica dizer que o lugar, enquanto demarcação geográfica, quando ocupado, praticado, discutido, torna-se espaço. Desse modo, a própria identificação dos espaços em classe média e periferia, já se constitui como prática,

portanto modificável, mutável, passível de atravessamentos que os coloquem em outra leitura espacial. É preciso prudência para não tornar os espaços rígidos, tal como os sujeitos também não são compostos por estruturas rígidas.

Entendi que precisava abrandar meu desejo de comprovação de que na periferia as crianças fazem uso de táticas de modo muito mais esperto, corriqueiro. Fazer isso, sem também homogeneizar os lugares, foi desafiador. Percebi que só seria possível habitando e experimentando os espaços, para estar com as pessoas e então produzir as questões sobre como é existir criança em cada espaço, deixando aparecer as marcas de diferença na produção dos femininos. Não homogeneizar, mas também não produzir dicotomias. Foi entre as histórias, as brincadeiras, as denúncias, as perguntas e negações que uma nova posição de pesquisa foi se configurando.

Importante relembrar que a praça vem como um lugar possível, mas assim como os limites entre a praça e a rua são tênues, esta pesquisa não estabelece uma limitação dura entre uma praça em muitos lugares e muitos lugares na praça. Como já dito, a praça atualiza outros campos, aparecendo como um espaço de socializar modos de existir e produzir realidade. A praça pública é um pretexto, também não escolhido à toa, para encontros. Habitá-la é recurso de pesquisa e, na medida em que se constitui como tal, as atenções que a praça dispara, me acompanham ao sair dela e podem aparecer nesta escrita encontros em outros espaços. Tornou-se uma pesquisa sobre praças, as crianças, femininos e eu, isso tudo junto.

### **Crianças, não falem com estranhos!**

Os riscos de uma produção de cisão entre sujeitos e espaços me convocaram a um olhar mais atento, um olhar demorado, que foi possível a partir do retorno aos diários de campo para pensar esses sujeitos táticos que são as crianças nos contextos e realidades onde a voz que lhes tutela, geralmente, é a voz adulta.

Assim foi possível praticar os espaços em suas localidades e peculiaridades, mas percebendo, também, que muitas coisas se misturam e se assemelham com imperativos que circulam a partir de políticas de governo, de mídias e de projetos pedagógicos. As estratégias de poder, aos modos de Certeau (2014), articulam operações em espaços diversos, produzindo adaptações, fazendo arranjos nas configurações. Mas não podemos, pelas diferenças que podem existir, dizer que as estratégias atuam em um lugar, mas não em outro, que o poder se ocupa de um lugar, mas não de outro. Assim, um trabalho de estar junto e sentir onde práticas se conectam ou se diferenciam apareceram como saída mais interessante.

Os momentos de praça construíram-se a partir da descontinuidade. Não haviam encontros marcados, garantias de encontrar sempre as mesmas pessoas. Apesar de que com o tempo, os rostos ficaram mais conhecidos, nunca apareciam exatamente nos mesmos pontos, ou fazendo as mesmas coisas. Por esse motivo, não aparecem sujeitos identificados por algum nome, pois nos debruçamos sobre as práticas. Os sujeitos importam em suas ações, em seus modos de operar com as atividades do cotidiano.

Os movimentos nas praças pareceram-me um convite a um estar à toa, um gasto de tempo, uma passagem, uma pausa de fim de dia que, aparentemente, não tem um objetivo exterior ou futuro além daquele momento. A praça é primordialmente conhecida e solicitada como espaço de lazer e socialização e isso produz um certo apelo por relaxamento e liberdade. Porém, com cuidado e atenção, percebi que esse convite que as pessoas recebem para estar na praça vem atrelado a práticas e discursos que produzem e atualizam determinados modos de existir. Quando estão nas praças para algum fim recreativo, as pessoas não abandonam suas composições e os códigos que regem as relações. Elas ocupam esse espaço de lazer, mas permanecem pautando e colocando o embate entre os múltiplos modos de existir.

Mesmo que pareça, as crianças não estão ali inseridas em um lazer totalmente aberto, sem interdições. Isso foi percebido, não a partir das crianças apenas, mas também através das articulações dos sujeitos que a acompanhavam pelo viés da responsabilidade e do cuidado. Chegar na praça e ter as investidas sobre a criança interceptadas por um adulto me diziam do medo do estranho. Eu ocupei o lugar da desconhecida potencialmente perigosa em muitos momentos. Sem uma criança justificando minha presença, sem a identificação de pertença a uma instituição autorizada a estar com crianças, eu merecia uma vigilância especial.

- “Oi, tudo bem?” (DIÁRIO DE CAMPO, 16.04.2018).

A pergunta acima foi-me dirigida na praça da dita classe média. Uma pergunta e uma gestualidade em que o adulto intervinha com um cumprimento, interrompendo algo que se passava entre eu e a criança. Estávamos sorrindo uma para a outra e ela me mostrou um objeto até o adulto que a acompanhava aparecer. Nesse ato, o adulto reivindica seu lugar de tradutor, de mediador, de protetor na relação que as crianças podem estabelecer. Outro dia na mesma praça, novamente rodeando os espaços onde sempre haviam crianças, fui perguntada por uma passante se seu procurava algo. Quanta desconfiança devo ter despertado!

Aos modos de Schérer e Hocquenghem (1976), ocupei lugar de raptora em potencial nesses momentos. O receio que mobilizou que esse outro adulto, cuidador da criança, chegasse mais perto e iniciasse uma conversa comigo, ainda que breve, indicam que o perigo ali era eu. A criança é a figura inocente, ignorante sobre o funcionamento do mundo, portanto, precisa ser constantemente vigiada e protegida. Eu fui a desconhecida, que tentou proximidade.

Prosseguindo, ainda com Schérer e Hocquenghem (1976), o olhar vigilante só não parece ser capaz de perceber que a criança também pode desejar o rapto, ele lhe é atraente. A incapacidade é efeito de um funcionamento onde crianças são confundidas com anjos, com seres ingênuos, sem maldade, como costuma-se dizer. O rapto, como apelo ao extrafamiliar, se apresenta perigoso a partir do momento em que esse adulto, que não é pai e não é mãe, pode pôr a perder o investimento de produção da criança enquanto reprodutora, aprendiz, imitadora de seus pais. O rapto é a possibilidade do erro, da descontinuidade e da ausência de um controle constante. É a ameaça de rompimento com

a noção de corpo privado, intocável, reduzido ao cerco familiar. (SCHÉRER, HOCQUENGHEM, 1976).

Assumir o rapto como capaz de construir outras relações requer cuidado com armadilhas possíveis. Uma delas, que pode provocar a perda da potência desse convite ao extrafamiliar, se configura quando ocorre a produção discursiva de tomar o raptor como o sujeito que supre o lugar do pai ou da mãe. Seria como dizer que o interesse da criança pelo desconhecido é uma busca por outros rostos de pai e mãe. Entender essa cilada é fundamental para que a análise possa escapar da dinâmica pai-mãe-filho. O rapto é uma relação que pode produzir realidades para muito além da já conhecida dinâmica familiar, é lamentável que se queira reduzir sempre a atração pelo estranho e pelo novo à lógica papai-mamãe. (SCHÉRER, HOCQUENGHEM, 1976).

Ainda sobre o desvio de rumos que a criança pode indicar para o projeto adulto, encontro Deleuze (2011), apontando a capacidade delas de explorar realidades para além do esperado cerco parental. Ele aponta os pais, não na conhecida noção de referência, mas os coloca como mais um dos meios que a criança pode percorrer. A criança não acessa o mundo como uma extensão de seus pais, ela traça um caminho seu. (DELEUZE, 2011). “A criança não para de dizer o que faz ou tenta fazer: explorar os meios, por trajetos dinâmicos, e traçar o mapa correspondente.” (DELEUZE, 2011, p. 83). Neste ponto, compreendemos que, ao invés de tomar certas realidades como terrenos firmes, imutáveis, referências estáticas, as crianças fazem uso de realidades nos deslocamentos que promovem.

Desde a representação parental como origem, até os usos rígidos de objetos pela leitura de identidade de gênero, as crianças conseguem nos dizer que não se tratam de referências, mas de meios. Elas se utilizam desses meios em um exercício de constante exploração do mundo, de produção de realidade que não se dá como simples reprodução, mas como o traçado de um mapa, com contornos peculiares e sempre novos. Entretanto, insistem em afirmar uma criança cuja existência é concebida tomando como origem e modelo a mamãe e o papai.

“Cheguei e haviam poucas pessoas na praça, me permitindo, então, sentada em um banco, notar que havia um adulto para cada criança na praça”. (DIÁRIO DE CAMPO, 16.04.2018). Cada um cuidando do seu. Eu não consigo afirmar que haviam ali pais e

mães, necessariamente. Poderiam ser cuidadores, empregadas, tias, avó. Mas o ponto de interesse é que os adultos estavam lá, as crianças estavam lá e a correspondência numérica entre elas dizia da demanda de proteção inscrita que, mesmo que não fossem pais ali presentes, o apelo parecia ser pelo cuidado parental.

A narrativa que sedimentou a criança na relação de cuidado e dependência parental tem história e momento de inauguração. A partir do trabalho de Foucault (2010), é possível acompanhar o percurso de constituição da célula aclamada e promovida entre pais-filhos que é a família nuclear. Ela aparece ganhando forma nos primeiros movimentos de instalação de um modo de vida burguês, em meados do século XVIII, por um investimento discursivo e prático atencioso sobre o corpo da criança, tomando a masturbação infantil como um problema a ser combatido.

O ato de tocar o próprio corpo e com isso obter prazer, transformou-se na causa de uma série de patologias e, desse modo, os pais deveriam vigiar o corpo dos seus filhos de perto, se aproximar da cama, vistoriar roupas, criar uma relação direta e constante pais-filhos. O autor discute como uma série de instruções foi se propagando entre instituições pedagógicas para que os pais cuidassem das mãos perigosas dos filhos. Uma criança sacralizada, pais exclusivamente responsáveis e uma série de pedagogias e de cuidados adquiriram força e legitimidade para organizar a vida em sociedade. (FOUCAULT, 2010).

Controlar o corpo das crianças compareceu como elemento fundamental para a invenção da família nuclear e não como mero efeito. O cuidado com a mão masturbadora requereu um corpo a corpo entre pais e filhos onde a criadagem passou a não caber como antes nos cuidados com a criança. A vigilância constante e o monitoramento minucioso desse corpo utilizaram-se do discurso de prevenção da masturbação, prática tomada como causa de diversas enfermidades, para promover a exclusão de terceiros na criação das crianças e entregar aos pais uma responsabilidade quase que exclusiva. (FOUCAULT, 2010).

Acompanhar esse caminho com Foucault é ir se aproximando da ideia de família que temos. A patologização da masturbação nos diz pouquíssimo sobre os efeitos desta no corpo, mas revela muito do apelo por proximidade e cuidado na relação pais-filhos.

A sexualidade das crianças, a meu ver, diz muito menos respeito às crianças do que aos pais. Em todo caso, foi em torno dessa cama duvidosa que nasceu

a família moderna, essa família moderna sexualmente irradiada e saturada, e medicalmente inquieta.” (FOUCAULT, 2010, p. 224)

Até aqui, falou-se da discussão foucaultiana sobre crianças em um modo de vida burguês, ou seja, um grupo que goza de certos privilégios em uma organização de sociedade. Uma das praças onde a pesquisa se deu abriga, de alguma forma, um público que se consolidou apresentando semelhanças de configuração com essa família nuclear burguesa que emergiu no século XVIII.

Dessa forma, o que foi dito pouco antes, sobre considerar pontos de dissidência entre as praças, ganha lugar. As diferenças que gritaram na escolha das duas praças, ganham um pouco mais de sentido e algumas considerações precisam ser feitas. A conta exata de um cuidador para cada criança, que vi naquele dia dessa praça, não se aplica a outra, da periferia. A 10 quilômetros de distância, no mesmo município, as coisas seguiram de outro modo, mais difícil de identificar, logo de início, quem cuidava de quem.

Crianças misturadas, acompanhadas de outras mais velhas, da vizinha, dos irmãos, dos pais ou até sozinhas. Logo pensei: a criança experimenta maior liberdade aí! Foi uma afirmativa inicial empolgada, me provocou curiosidade e encantamento. Retomando o raptó, pensei ter me deparado com crianças facilmente raptáveis. A circulação por entre elas se deu de modo menos custoso.

Em um encontro, me aproximei de um grupo de crianças pequenas acompanhadas de uma adolescente. Levei livros com desenhos e texturas e dispus para quem quisesse pegar, em uma parte do parquinho. Uma adolescente se sentou próxima a mim com uma criança pequena. Ofereci livros à menina pequena e a partir disso, descobri que se tratava da irmã da adolescente e que ali estavam, além da pequena, outros dois irmãos mais novos. A conversa se deu a partir do momento que a irmã mais velha advertia a menor sobre o cuidado com os livros.

- Pode deixá-la com os livros. Eles não rasgam, são resistentes. Ela pode mexer e brincar com eles. Eu disse.

A moça sorriu e enquanto auxiliava a pequena a brincar, me contou das circunstâncias de estar ali.

- A minha mãe está no supermercado aqui em frente e eu estou cuidando deles.

- Você sempre fica com eles?

- Sim, sempre. Eu cuido deles. (DIÁRIO DE CAMPO, 30.04.2018)

Enquanto falamos da rotina de cuidados, ela precisou interromper a conversa duas vezes para advertir os irmãos de uma brincadeira que poderia machucar a menor e para dividir

um chocolate entre as crianças, mediando as insatisfações pelos pedaços de cada uma. A mãe retornou do supermercado e gritou pelas crianças, impaciente, falando palavrões, pedindo rapidez para que saíssem do parquinho. A irmã cuidou de apressá-los e foram todos.

O que temos aí? Uma irmã cuidadora! Não acredito que chegue a 10 anos a diferença de idade entre ela e os irmãos. Não é a mãe, mas performou uma maternidade e parece fazê-lo corriqueiramente. É a irmã mais velha, que não conspira junto, está ali como cuidadora. Ela organiza, monitora, cuida, protege, adverte. “Seja para a família ou para a sociedade, a criança é o ser de que se deve tomar conta integralmente” (SCHÉRER, HOCQUENGHEM, 1976, p.214). Essa irmã parece concordar que deve tomar conta e foi então que comecei a ser surpreendida na expectativa que tinha de estar, ali diante de crianças totalmente livres.

Outro dia, outro encontro e, dessa vez, estive com uma mulher que além de buscar suas filhas na escola, também buscava a da vizinha, estavam todas elas brincando na praça. Ela me explicou que fazia isso com frequência, para ajudar a vizinha e as crianças sempre gostavam de parar no parquinho da praça. Ela cuidava do trajeto instituição-escola para instituição-lar, fazendo-se digna da confiança da família.

Novamente, reforço que fui tomada de encantamento ao chegar nessa praça, a que chamei de periférica e ver muita gente junta, com poucas identificações no primeiro momento. Passada a euforia inicial, o que fui entendendo é que existe um modo de relação com a criança que, mesmo descolando por vezes do trio direto mãe-pai-filho, retorna à tutela. Ainda que a conta não seja exata de 1 criança para 1 adulto, há outras contas a serem feitas. O conjunto de pessoas e instituições autorizadas ao convívio e ao cuidado ainda parecem ser os de guardiães da infância preciosa, em outros moldes. Professores, profissionais da saúde, cuidadores e até uma vizinha ocupam os lugares de vigilantes responsáveis. (SCHÉRER, HOCQUENGHEM, 1976).

Nesse contexto, nessa praça e nesses encontros que eu tomei como relações livres de antemão apareceram guardiães das infâncias, rostos fora da relação maternal ou paternal, mas que atualizaram, de alguma forma, essas figuras. É possível convocar Foucault (2010), ainda tratando da familiarização da criança, para entender que num contexto proletário, os perigos da masturbação não se fizeram questão crucial ao se pensar a criança



a partir do século XVIII. As crianças do meios periféricos não foram reduzidas apenas à relação pai-mãe-filho, na mesma lógica de vigilância sobre as mãos masturbadoras. Mas a carência de proteção persistiu, com forte atuação dos poderes de Estado, inclusive nas relações parentais. Na burguesia, os pais eram os protetores. Nas comunidades do proletariado, o Estado e as instituições eram os reguladores das relações.

Atualizamos a discussão quando consideramos a forte atuação de órgãos da assistência social na periferia, monitorando as relações com as crianças. Conselho tutelar, centros de referência da assistência social, programas de erradicação do trabalho infantil, dentre outros. De um jeito ou de outro, por uma via ou outra, persiste a criança do desenvolvimento, carente de constante intervenção, dos pais, de representantes de pais ou do Estado para responder a certos projetos de vida adultocêntrica.

Pelo olho da demora, as imagens que no primeiro momento se apresentaram como oposições extremas, foram apresentando seus pontos comuns, mas também mereceriam as devidas distinções. Em um lugar, temos o corpo a corpo de pais e filhos, dito por Foucault (2010), muito mais eficiente. Em outro, a sensação inicial é de uma liberdade maior, mas que vai apresentando as estratégias de vigilância por olhos de conhecidos e do próprio Estado, quando não dos pais.

Todavia, essas marcas que diferem nossas praças, não dizem de coisas totalmente contrárias, opostas, quanto meu encanto tentou acreditar. Existem coisas que convergem no modo de compreender a criança. Mesmo quando uma criança vai sozinha a uma praça, a um parque e goza de certa autonomia para as escolhas naquele espaço, haverá um adulto que a conheça, o vendedor de churros, a atendente da farmácia, a mãe de um amigo, uma rede que pode, prontamente, acionar a tutela parental ou estatal. Ainda com Foucault (2010) na conversa, há de se considerar que o processo de familiarização, de sacralização e proteção se encaminha para o mesmo rumo da infância privada, mesmo que as trilhas sejam diferentes entre os modos de fazer, entre as regiões socialmente vistas como centrais e periféricas.

A criança do fora, que viveria no externo das redes de vigilância e controle que conhecemos é uma criança inimaginável (SCHÉRER E HOCQUENGHEM, 1976). Necessário é perceber que onde se vê uma criança desacompanhada, transitando entre conhecidos e desconhecidos, não há indicativos totais de ausência de vigilância e,

portanto, gozo de liberdade total. São outros regimes que operam para a produção de corpos, mas que respondem a uma mesma noção de infância enquanto projeto e intervenção adulta.

Se a criança existe nessa relação constante de contraponto com o adulto, se é difícil encontrá-las em condições de plena autonomia, como pensar práticas e políticas a partir das negociações que elas estabelecem? Há um modo de acessar a criança isoladamente, para então conseguirmos olhar sua potência de existir? Aposto que o caminho não seja o de retirar o adulto da discussão. A própria identificação como criança, já é sugestiva de um recorte específico, mas que se referencia a todo o tempo a uma outra fase, a adulta. Desse modo, encontrar com a criança é também encontrar com o adulto, mas não implica dizer que a reprodução dos regimes adultocêntricos se fazem necessários.

Acredito que um dos maiores convites dessa pesquisa foi parar e escutar a criança. Não uma escuta assistencialista, messiânica ou investigativo-pedagógica. Ter encontros com crianças para pensar práticas que aparecem, por vezes, muito duras e cruéis nas colagens identitárias e então desenhar uma sociedade de criancinhas “livres” é pouco e parece inviável. Escutá-las e experimentar com elas a capacidade de rir do mundo pareceu-me mais interessante. Assim, pensando em práticas de (trans)formação, as crianças tem muito a nos dizer.

Neste ponto, retomo Nietzsche (2011), que discute as metamorfoses do que ele chama de espírito, expondo a criança como a fase última da transformação. O autor constrói um pensamento partindo da figura do camelo, como o ser em sua ambição de seguir regras, papéis, o ser que se permite sobrecarregar, principalmente de valores externos a sua própria existência. Notando a sobrecarga, aparece a figura do leão como a segunda transformação, indicando a busca por liberdade. O leão ainda não é capaz de produzir o novo, mas ele indica a ruptura com o peso de carregar imposições. Finalmente, aparece a criança. Como pontua Nietzsche (2011), aparece como a capacidade de reinventar a vida. A partir do esquecimento, ela é incitada a construir o novo, a buscar a brincadeira e tomar a si própria como referência, “roda que gira sobre si mesma” (NIETZCHE, 2011, p. 42).

Quando Nietzsche (2011) propõe essas transformações, cujo objetivo se encaminha para o tornar-se criança, ele nos anuncia que um outro mundo poderia ser possível se nos

descolássemos do adulto como referencial. Tomando as figuras que ele indica, em relações cheias de obrigações e certezas prontas, o adulto parece estagnar no camelo. Perde a capacidade de invenção e se orgulha da sobrecarga.

Na contramão do projeto de enaltecimento da razão, de regimes de reprodução, as crianças aparecem com outra realidade possível. Enquanto os adultos insistem em afirmar um ideal de felicidade pautado na realização, no reconhecimento e nos códigos morais, Agamben (2007) aponta que as crianças guardam a capacidade da magia que retira a felicidade da dinâmica do esforço e a coloca no encantamento. Enquanto a lógica adulta se pauta por uma vida de obrigações e objetivos, a criança se encanta com o inesperado, com o que soa mágico. A criança guarda a potência de, ao invés de imitar qualquer realidade, buscar descobrir novas realidades.

## **É machismo!**

Uma terça-feira de sol, terça-feira de Abril. Fui à praça como mais uma tentativa de fazer a vida retomar o passo. Foi uma ida rotineira, mas permeada por um corpo enlutado, dona Nair, minha “vóinha” havia morrido, mas, certamente, só seu corpo físico morreu. Uma semana antes estávamos juntas, deitei em seu colo e escutei em tom desconfiado se eu não iria levar um par de calças para ela conhecer. Nós gargalhávamos com isso. Ela sempre soube que eu, menina, desviava alguns rumos e assim fazíamos piada, debochando de tantos femininos misturados, nos atravessando.

Uma ocasião careta de preocupação da família tradicional, em que se descobriu que uma de minhas primas, sua neta, havia transado, ela soltou graciosa: “Liberou a caixinha de surpresa”! E em meio às vozes adultas de orientação e advertência, cheias de certezas, foi ela quem se tornou confidente dessa mocinha. O riso diante das rugas de preocupação das outras pessoas, foi capaz de construir aliança e proximidade entre vó e a moça. A criança vó Nair, sempre debochada e arteira, vive!

Cheguei à praça no fim da tarde. No parquinho, não senti entradas possíveis. Haviam poucos sorrisos em mim aquele dia. Fui até a quadra, vi e ouvi o técnico de uma escolinha de futebol, apenas com meninos em quadra, pedindo que um homem não cobrasse por gritos a criança que jogava e que precisava ser compreendido o tamanho do garoto. Logo depois, o professor era quem gritava cobrando os meninos. Afrouxa aqui, aperta ali. Assim se dão as composições da masculinidade?

Próximo à quadra, encontrei duas meninas que estavam no banco ao lado. Sorri para elas, elas retribuíram e eu elogiei o batom que ambas usavam. Começamos uma conversa, sobre batom, sobre a amizade delas, sobre eu ali e sobre o futebol. Falamos sobre a predominância de meninos nas quadras. O que uma delas disse depois veio bem rápido e com força: “Machismo!” (DIÁRIO DE CAMPO, 10.04.2018)

Meu corpo se remexeu com interesse. Perguntei o que a levava a pensar que era algo machista. Sem demora, mais coisas haviam a ser ditas:

- Ué, é machismo só meninos serem aceitos (na escolinha). Uma amiga minha tentou entrar e o professor falou para ela que era uma escolinha masculina.
- E você gosta de futebol? Perguntei.
- Gosto. Mas nem ligo para eles aqui, eu jogo na escola, nas aulas de Educação Física e assisto jogo na televisão. (DIÁRIO DE CAMPO, 10/04/2018)

Nossa conversa continuou em tom de apoio, de encontro entre meninas, percebendo a privação do jogo como uma prática machista. “Podemos estar onde quisermos!” (DIÁRIO DE CAMPO, 10/04/2018).

Elas sorriram, nos despedimos. Mas os ecos do encontro perduraram. Uma escolinha masculina, foi uma das frases dita com tom debochado, indignado. O futebol se transformou em um dos guetos da masculinidade? O protesto da menina do batom sobre a tal escolinha exclusivamente masculina de futebol atinge mais do que aquela praça e aquela escolinha. Passa pelo esporte, mas tem um fio de condução que nos transporta para tantos outros cenários, onde o masculino e o feminino são tomados como grandes opostos, anatômica e afetivamente, portanto, existem práticas institucionalizadas para cada um deles. Um corpo-vagina, para acessar essas bolhas da masculinidade, carece do que?

O convite para remexer essa pergunta não tardou a chegar. Veio em outra tarde, novamente pelo futebol naquela praça. Em um dos campos de futebol, avistei de longe um corpo que tratei logo de identificar como sendo de uma moça. Uma dentre outros corpos que eu também cuidei logo da identificação, eram rapazes. O jogo seguia e eu continuei pela praça, mas de olho na quadra, interessada em algo mais dali. Se dias antes o movimento havia sido de protesto quanto aos jogos masculinos serem hegemonia naquela praça, como aquela moça estava ali?

Enquanto assistia ao jogo, conversei com uma menina que parecia interessada também. Ela disse o que pensava da situação: “Ela é boa, joga como eles!” (DIÁRIO DE CAMPO, 26 de Abril de 2018)

Tentei provocar o que seria ser boa, jogando como eles, ela deu de ombros. Fim de jogo, quis saber mais sobre a jogadora que conseguiu lugar nas quadras masculinas daquela praça. Fui até ela:

- Olá! Fiquei observando você jogando com todos outros jogadores rapazes, algo diferente do que tenho visto por aqui.
- Eu jogo em um time aqui faz muito tempo.

- Bacana, mas você acha que outras mulheres aqui também conseguem jogar?  
- Então...eu jogo com eles desde criança, mas não vejo outras não. Risos.  
(DIÁRIO DE CAMPO, 26.04.2018)

Os guetos que dividem feminino e masculino não dividem necessariamente mulheres e homens, a partir de suas genitálias. Os limites são estabelecidos por critérios que extrapolam os genitais. As condições de feminino ou masculino atribuídos no momento do nascimento não estão garantidos pelo sexo biológico e precisam ser reiteradas no corpo constantemente. Sexo feminino ou sexo masculino na certidão de nascimento, não são suficientes para sustentar o que é entendido como masculinidade e feminilidade. Não isentos da rotulação de desviantes, mas é assim que encontramos os ditos homens afeminados e mulheres masculinizadas. “Nem todos os homens são masculinos, potentes, dignos ou poderosos, e algumas mulheres ultrapassam alguns deles em cada uma dessas categorias.” (LAQUEUR, 2001, p.75).

Thomas Laqueur (2001), nos auxilia com um viés histórico, nos dizendo das transformações do sexo desde os gregos, que comungavam do modelo de sexo único, sendo o sexo feminino uma variação inferior do ser completo e perfeito que seria o masculino. Uma mesma natureza, mas com variações que possibilitariam a designação do corpo em masculino ou feminino e uma hierarquia entre eles.

O autor segue situando sua análise no século XVIII, como o momento em que se inicia a compreensão de dois sexos, de modo mais próximo do que conhecemos hoje. Nasceram duas naturezas distintas. Não mais um único sexo com nuances dando um tom masculino e feminino. No lugar, duas identidades bem delimitadas, de certa forma, opostas. Contudo, o novo corpo sexuado não abandona completamente os desdobramentos do sexo único. Constituem-se identidades distintas, mas o masculino preserva um lugar de certa superioridade, de referência em corpo e comportamento. (LAQUEUR, 2001).

A partir dos estudos de Laqueur (2001), o que se percebe é que o investimento nos corpos extrapola o sentido biológico desde os gregos e sempre foi permeado por contornos políticos bem traçados. Entre as mudanças que culminaram na compreensão do corpo desde o sexo único até a aceitação dos dois sexos, que é o que perdura de algum modo até hoje, nos deparamos com significados, atribuições e identificações sempre articuladas

com um sentido político, colando no feminino o discurso da falta, da incapacidade e de determinados gestos que o diferem absolutamente do corpo masculino.

Nos estudos psicanalíticos tradicionais, encontramos respaldos para essa concepção do feminino como sendo dependente da figura de referência, que é a figura fálica, masculina. Irigaray (2003) faz crítica ao saber psicanalítico, considerando as implicações políticas dessa leitura das estruturas psíquicas. Ela ataca o fato de o feminino não ser estudado, pensado e discutido com a especificidade própria, pois sua medida ocorre na relação com o masculino. Desse modo, o masculino parece ser lido como corpo de contornos próprios, bem definidos, sendo um modelo “completo” de existência, enquanto existe uma corporeidade em que faltam atributos e essa falta as coloca em uma condição de retorno constante às figuras masculinas que lhe servem de referência. (IRIGARAY, 2003, p. 46)

Partindo da leitura psicanalítica da sexualidade feminina, Irigaray discute que Freud efetuou uma leitura acertada, diante das condições apresentadas. Descrevendo e analisando as questões femininas do seu contexto no século XIX, ele dizia de um funcionamento em plena operação, onde o feminino se encontrava fortemente colocado na condição servil e dependente do masculino. Mas, ocupando o lugar do discurso científico, Freud não questionou as sustentações sociais do feminino invejoso do pênis. Se direcionando a casos específicos, ele buscou a análise particular, perdendo a dimensão cultural e histórica da produção dos sujeitos femininos. (IRIGARAY, 2003)

Os encaminhamentos de Irigaray (2003), despertam pensar que o masculino só adquiriu lugar de superioridade, inteligência e capacidade estabelecendo relação comparativa com o feminino. Dessa forma, não estamos falando apenas de oposição ou de diferenças naturais, mas foi necessário estabelecer uma hierarquia dos sexos numa cadeia de reconhecimento social. Foi necessário produzir a inferioridade, para que então a superioridade masculina pudesse se afirmar.

Foucault (2003) retomando Aristóteles também nos ajuda a pensar nas constituições de feminino e masculino enquanto posições, para além de opostas, hierárquicas. Aristóteles parece caminhar pelo discurso da falta, o que mais tarde na história das ciências humanas é retomado pela psicanálise. O feminino não é simples oposição ao masculino. O incompleto, o que falta (ou o que sobra), o que não está no limite pleno de existência,

toma a forma feminina. A temperança, o domínio de si, o controle são características viris. (FOUCAULT, 2003).

O masculino é o dado, a certeza, a constância e a disciplina. Havendo demonstração de fraqueza, ele logo torna-se questionável. A variação, o desvio, a dúvida, são elementos do campo feminino. Admite-se a possibilidade de um homem ceder aos seus desejos, a não exercer tão rígido domínio sobre si, deste modo, ele se aproxima do feminino. “Nesse sentido, o homem de prazeres e de desejos, o homem do não-domínio (akrasia) ou da intemperança (akolasia) é um homem que se poderia dizer feminino e, em relação a ele próprio, ainda mais essencialmente do que em relação aos outros.” (FOUCAULT, 2003, p. 79)

Foucault (2003) continua fazendo provocações sobre a condição do feminino, muito mais do que algo marcadamente ativo ou passivo em relação ao objeto de desejo sexual, aparecer em Aristóteles com o tom de descontrole e de gosto pelos prazeres. Birman (1999) também efetua uma leitura, como ele próprio estabelece, de positivar a feminilidade, colocando-a como um regime de vivência prazerosa, de resistência ao lugar da norma que o masculino estabelece e de aceitação das limitações do próprio corpo. Na contramão do masculino enquanto potente, forte e dominante, o feminino toma a forma da fraqueza, da passividade e dos excessos do corpo. Enquanto lia tudo isso, pensei como seria interessante uma feminização generalizada para uma vida de mais prazeres!

Para além do corpo biológico, a distinção é marcada pela performatividade que o corpo assume. Feminino e masculino nos dizem de condutas, de roteiros, de gestualidades. Um toque, um tom de voz, o movimento de cabelo parecem ser elementos fundamentais para definir o sujeito dentro de uma ou outra categoria, ultrapassando o atestado genetal.

Novamente, percebemos que a questão das diferenças entre os sexos são permeadas, há muito tempo, por um sentido político que resulta das negociações do que pertence a cada uma das categorias de identificação, feminino ou masculino. Disso podemos extrair um potencial inventivo, pois essas categorias, ao mesmo tempo que são enrijecidas a partir da ultrassonografia, da certidão de nascimento e de práticas educativas identitárias, se apresentam plásticas, frágeis quando corporificadas, sendo compostas e reinventadas a partir dos/nos corpos.



A jogadora que *pertence* ao time traz uma memória da menina que há tempos conquistou esse espaço. A menina que é aceita, não somente joga com eles, mas joga *como* eles. Uma homogeneização precisa acontecer, tendo como referencial o jogo que aqueles homens jogam. Jogar *como* eles implica performatizar o que é entendido dentro do pronome “eles”. É deslocar-se, produzindo uma diferenciação em relação a um certo grupo feminino, esperado para seu corpo-vagina, mas estilizando um modo que permite jogar por assemelhar-se ao jogo masculino. Resistência e captura, operando em uma mesma relação. Essa menina escapa aos lugares femininos tradicionais e, aos modos de Rolnik (2006), cola na máscara do bom jogador.

Franzini (2005), conta uma certa história das mulheres no futebol, no país que é tido como lugar desse esporte. Em um trabalho de busca na história, ele vai retomando momentos que marcaram a trajetória feminina no futebol. Incomodado com a generalização do território brasileiro como fértil à prática do esporte, ele convida a pensar que não é tão geral assim, não é para todas. O bom futebol no Brasil é masculino. É mais um dos campos, onde a hierarquia entre os sexos se estabelece.

O caminho da prática feminina no país, é marcado por interdições. Da década de 40 até os anos 80, houve proibições impedindo o jogo por mulheres. Franzini (2005), traz apontamentos sobre os discursos que circulavam inclusive em órgãos públicos e que justificavam as interdições, reclamando que o lugar de cuidados domésticos e de gestualidades delicadas poderiam ser ameaçados com as movimentações bruscas, rápidas e rudes exigidas pelo futebol. (FRANZINI, 2005).

Franzini (2005) ainda diz que as mulheres que jogam, de algum modo, são tomadas como subversivas. De fato, ocorre um espanto e mais ainda, quando se vê um jogo de maioria de homens e apenas uma jogando. A jogadora dessa praça subverte a lógica, inclusive do seu próprio entorno, considerando a fala da menina do batom, protestando contra a tal escolinha masculina. Ela alcança os requisitos necessários para fazer parte de um time de homens em um esporte cultuado no país como masculino. Estando nesse terreno, historicamente negado a mulheres, ela teria se fixado no time se não jogasse *como* eles? Por que a menina do batom e sua amiga não são aceitas na escolinha de futebol? Naquele espaço dado como público, por que alguns usos só são possíveis se um corpo se comporta *como* eles?

Outra tarde na mesma praça e essas perguntas fizeram ainda mais eco. Muitas crianças uniformizadas, foi o cenário que encontrei. Deduzi que algum evento escolar ocorria ali naquele dia. Mas tratava-se de mais um dia de praça que se transforma em escola. Sentei ao lado de uma menina de sorrisos abertos e começamos a conversar. Estavam ela e uma moça pouco mais velha, mãe de uma bebê que brincava por ali. Eram primas.

Ainda rebuliçada pelos aceites e negações do futebol naquelas quadras dias antes, eu perguntei o que elas pensavam sobre os usos de cada espaço da praça. As bolhas da masculinidade, nesta conversa, mostraram seus contornos ainda mais fortes. Elas me contaram que a coordenadora da praça - alguém da comunidade que cuida da organização e interlocução com o poder público - precisou intervir estabelecendo dias e horários para que o uso fosse democratizado entre meninos e meninas, pois quando elas queriam jogar, nunca podiam. Mesmo assim, os meninos não respeitavam esse acordo e conseguiam, pela imposição de ocupar e não aceitar contestação, um tempo de uso muito maior. Uma indignação misturada com impotência surgiu nessa conversa. Afinal, o que faremos, considerando que o espaço parece ser *deles* há muito tempo? Teremos sempre que nos parece com *eles* para sermos vistas como boas no futebol?

Nos moldes de uma conversa de banquinho, o assunto rapidamente se enveredou para outra coisa. Rodrigues (2009) já dizia que essa é uma das características das conversas, elas são imprevisíveis e tomam outros rumos. Assim, começamos a falar do calor dos últimos dias. Falas entre elas instigaram meus ouvidos:

- Espero que venha sol amanhã!
  - Está querendo ir à praia?
  - Quero é lavar roupa amanhã cedo. Tenho o que fazer, não sou uma vadia!
- (DIÁRIO DE CAMPO, 19 de Abril de 2018)

Em seguida, nós três falamos dessas tarefas domésticas e a menina-mãe me contou de como seus dias ficaram atarefados desde que sua filha nasceu. Quadra para eles, um tanque para elas. São esses os lugares da maioria dos praticantes dessa praça? Quem transgride, sempre o faz por assemelhação ao grupo “dono” de cada espaço?

Nessa praça, com suas quadras, uma menina permaneceu com seu batom; a outra com suas tarefas maternas e uma, pela via da semelhança, continuou a jogar *como* eles. Cada uma à sua maneira, a menina do batom, a que joga *como* eles e a jovem mãe preocupada com a roupa a ser lavada dizem de terrenos bem cercados. Num campo de futebol, cabem muitos investimentos midiáticos, econômicos e, o que nos interessa muito aqui, políticos. Em um tanque de roupas, também.

O jogo, a lavagem de roupas ou de uso de batom são encaradas aqui como ações de praticantes de cotidianos, aos modos de Alves (2015). Tratam-se de jeitos de fazer que vão anunciando o que é pactuado em certo contexto e vão deixando as marcas sobre o que pode e o que não pode um corpo fazer ou ocupar nos espaços e tempos que lhes são próprios.

Por vezes, esse parece um jogo vencido. O suposto referencial masculino é ostensivo, mas, como tantos outros, esse é um jogo que deixa brechas para o fraco agir taticamente, expor as fragilidades do poder (CERTEAU, 2014). Uma terça-feira pela manhã, a praça de Jardim Camburi estava cheia em período de férias escolares. Fui acompanhada para a praça, pois já havia entendido que um corpo adulto sozinho naquele lugar recebia suspeitas e negativas. O menino que calçou o sapato da mãe, que logo mais aparecerá no texto, foi meu acompanhante. Na realidade, eu é que o acompanhei.

Ele entrou em um jogo de futebol que acontecia dentro do parquinho de areia. Sentei, recebi sorrisos de adultos com crianças. Com uma garrafa de água, segurando uns chinelos pequenos de super-herói, me aproximar de uma outra criança tornou-se cena autorizada. Fui para o jogo de 4 jogadores que deveriam ter entre 4 e 6 anos e provoqueei:

- E nesse jogo, podem jogar meninas?
- Não!
- Mas, por que?
- Porque é jogo de brabo, de body builder, jogo de menino é carnívoro. (DIÁRIO DE CAMPO, 24.07.2018)

O jogo continuava e a conversa também.

- Então, menina não pode jogar futebol?
- Pode...até tem o futebol de mulher. Até são carnívoras no futebol de mulheres, mas se for jogar com meninos, elas não aguentam que é de bicho brabo.

(DIÁRIO DE CAMPO, 24.07.2018)

O jogo seguiu e eu não interrompi mais os lances com as minhas perguntas. Até que uma menina, junto a outra, disse: “Tem que acabar, precisamos ir embora!” (DIÁRIO DE CAMPO, 24/07/2018).

Fiquei alguns segundos tentando entender o que acontecia. Admito que foi delicioso quando finalmente consegui acompanhar o que ocorria. A bola era dela e os jogadores “brabos” não tinham mais com o que jogar. Uma frase foi capaz de desbancar o jogo brabo. Fiquei moendo quantas coisas couberam nessa cena. Não aceitam meninas nesse jogo, pactuando a impressão da virilidade como condição. Mas o instrumento do jogo não pertencia a eles. Sem bola, o jogo “brabo” perdeu sentido, a interdição direcionada para as meninas e a ostentação da masculinidade também perderam sentido e foi preciso buscar outra coisa para brincar.

Neste ponto, retomo Irigaray (2003), para pensar que a relação que estabelece um jogo de meninos e um jogo de meninas, colocando o primeiro em posição de maior agressividade, rapidez e, portanto, um jogo melhor do ponto de vista técnico, é excludente, mas também necessária para a dinâmica de dicotomia meninos - meninas. Trata-se de uma relação onde é necessário que exista um outro em condição inferior para que então se assegure a hegemonia de um grupo. Dito de outro modo, para que o jogo de meninos seja “brabo”, é necessário que se produza a imagem do jogo manso das meninas.

O jogo dos meninos perdeu o sentido quando o instrumento lhes foi retirado. Eles não detinham todos os elementos necessários para assegurar a continuidade do jogo excludente e, supostamente, mais forte. A bola pertencia ao grupo excluído do jogo e apostou em dizer que essas meninas expuseram a fragilidade do discurso do modo mais sagaz, expondo que o jogo de “brabos” só aconteceu pois elas cederam o instrumento e acabou quando assim elas quiseram. Bobinhos os meninos!

Foi então que a capacidade criativa das crianças possibilitou outro brincar, ali pelo parquinho, as crianças foram buscar outra atividade, deixando o bicho “brabo” ir desaparecendo, logo, a preocupação em reafirmar a força e habilidades com o jogo não tinham mais lugar. Saí dali sorrindo duplamente, pela menina e pelos que conseguiram

substituir a máscara do bicho brabo por outra brincadeira. Também saí do parquinho nesse dia pensando que precisamos de mais brincadeiras que desfaçam os sentidos do machismo.

### **Ser fe (menino) não é para qualquer uma.**

A conversinha que segue não se deu na praça, mas muito perto dela. Nos seus entornos muitos prédios, abrigando núcleos familiares e os anseios pela manutenção da ordem e constância, mas também, as felizes e temidas escapadas que as crianças conseguem produzir. Foi nesse cenário que vivi um desses momentos em que a criança provoca surpresa, espanto, desconcerto. Compreendendo sua potência e meu corpo que permanece poroso, mesmo fora das pracinhas, é que a cena aparece aqui.

- Você é uma menina para usar esse sapato?
  - Sim, sou uma menina! (Risos de criança)
  - Então, vou te chamar de menininha!
  - Tá bom! (Gargalhadas de criança)
- (DIÁRIO DE CAMPO, 16 de Março de 2018)

Um (fe)menino saboreando risos com um sapato. O tamanho não lhe cabe nas medidas tradicionais, a estética do sapato também parece não caber e o adulto fica alerta. A advertência surge quando o sapato ameaça um projeto de masculinidade que é esperado desse corpo nomeado menino.

Riso e um sapato mostraram-se capazes de provocar muitos desdobramentos. O (fe)menino fez um outro uso do artefato, um uso do brincar. Brincando, ele debocha da estética identitária. Debochando, ele provoca a tolice adulta de pensar que um sapato no pé pode colocar a perder um projeto de masculinidade. Provocando, ele convida ao lugar da menininha, como potência e afirmação. Mas não eram só risos e sapatos? Poderiam ser! Mas sempre que a chatice dura adulta comparecer, é possível convidar a criança para brincar, debochar, provocar, deslocando a urgência em dizer o que é para quem.

Seguindo com o (fe)menino, o riso e o sapato, vamos delineando o modo como as convocações identitárias se desesperam para grudar nos corpos. Esses movimentos investem muito cedo. Como já dito, antes de nascer, o corpo é chamado a um lugar e a ultrassonografia aparece como veículo para a chegada, uma ferramenta para que isso se efetive.

Tecnologia avançada e um pouco de sorte para esperar que o corpo em formação no útero decida abrir suas pequenas pernas e possa ser proferido o esperado decreto: É menina!

Ou: É menino! A identidade sexual se define a partir de um instrumento que atravessa a pele e recorremos a Preciado (2014) e a Butler (2010) para afirmar que a força desse discurso está saturada de sentido político e moral. Têm-se com a ultrassonografia uma das formas possíveis e mais iniciais de dizer as devidas localizações desse corpo, que ainda nem nasceu, na dinâmica social.

Eufóricos com o exame de ultrassonografia encontram-se pais em gestação que, saciados pela resposta do médico selando o lugar de menina ou menino naquele feto, saem do exame com um roteiro pronto ou minimamente esboçado. Ainda que em alguns casos, se neguem a seguir esse roteiro, haverá quem o siga na rede de relações da criança. A saída da maternidade é seguida de um documento civil que se encarrega de garantir a legalidade de sua condição feminino/masculino. Um nome anuncia se esse corpo recém-nascido deve ser tratado como *ele* ou *ela*.

Conforme nos aponta Rodrigues (1983), não basta que nasça. Um corpo precisa ser significado, nomeado e que lhe sejam atribuídos determinados lugares para que adentre num sistema social, só assim ele nasce socialmente. A identidade funciona como uma condição para que esse corpo exista e se vincule.

O menino do sapato, possivelmente, foi um dos etiquetados pós ultrassonografia. Essa etiqueta por si não é questão. Ela se torna uma questão quando compreendemos os efeitos no corpo. Muitas coisas são definidas e acertadas e esse corpo passa a ser cerceado para não escapar. As cores, objetos e móveis decorativos, o nome que constará no registro civil, os brinquedos e espaços de entretenimento que serão frequentados, dentre outras coisas, tomam uma consistência que antecede aos movimentos e desejos do próprio corpo. São discursos e práticas reiterados com tamanha força e frequência, que adquirem forma natural. Questionando, ninguém parece se importar em sabe dizer por que, mas concorda-se que sapatos altos parecem mesmo deixar pernas e pés mais femininos e nem todos podem ser femininos.

Butler (2010), retoma em Foucault a discussão da verdade do sexo, como o resultado de práticas e discursos que realizam a rede de afirmação das coerências de gênero. Como dito acima, o salto alto enquanto calçado, foi adicionado, entre tantos outros objetos, à uma verdade do sexo feminino.

Produzir corpos com marcadores específicos, efetuando a divisão entre masculino e feminino, não serve somente ao reconhecimento estético. Dizer desses campos bem delimitados é pensar a funcionalidade deles na heterossexualidade enquanto uma matriz para nortear as relações entre sexo, gênero e desejo. A imagem dos opostos macho e fêmea e sua relação perfeita de procriação se asseguram culturalmente quando as identidades são bem definidas. (BUTLER, 2010)

Há o esforço em manter o sistema de identificação binário onde, geralmente, do lado feminino encontramos disponíveis a fragilidade, a disposição para a maternidade, a sensualidade, dentre outros possíveis. Nos campos do masculino, a agressividade, a figura de protetor e provedor. Inventar-se a cena de uma completude, não só biológica, mas subjetiva e cultural, entre um e outro.

A noção de que pode haver uma “verdade” do sexo, como Foucault a denomina ironicamente, é produzida precisamente pelas práticas reguladoras que geram identidades coerentes por uma via de uma matriz de normas de gênero coerentes. A heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre “feminino” e “masculino”, em que estes são compreendidos como atributos expressivos de “macho” e de “fêmea”. (BUTLER, 2010, p. 38)

Apenas um sapato foi suficiente para abalar as sustentações da verdade do sexo no corpo do (fe)menino. O pai o confrontou, pois ele ousou o terreno estrangeiro, foi transgressor. Mesmo possuindo pés, como uma condição anatômica para usar o objeto, o sapato não lhe cabe no sentido estético e político. Faz parte do conjunto de objetos, de práticas e de posturas de meninas/mulheres. O pai adverte e ameaça. A criança ri!

Os ruídos perturbadores desse riso fazem conexões com um outro que perturba e viola os contornos já conhecidos, a bicha, em Zamboni (2016). A bicha recusa identificações que tentam lhe indicar e, ao tentar situá-la, ela já escapou, pois ela só funciona nos limites, nas fronteiras e não nos territórios demarcados. Uma criança, enquanto potência de inventar, de subverter, de rir dessa seriedade adulta estranha contida no calçar de um sapato, poderia ser uma criança-bicha?

Assim como a criança, tentam apreender a bicha, mas seus contornos sempre saem do planejado. A criança que ainda não se tem certeza do que será, no projeto adultocêntrico de produzir identidades, torna-se muitas, torna-se possibilidade. A bicha, por sua vez,



transitando nos terrenos femininos e masculinos, constrói uma outra coisa, um outro modo de viver o corpo, que desafia o binarismo e se faz corpo de possíveis. “Apesar de remetê-la a uma cultura de representação e da reprodução, a bicha persiste nos saberes da sexualidade até os nossos dias, como singularidade incontornável por completo.” (ZAMBONI, 2016, p. 19)

Me parece que as crianças e as bichas podem sim se constituir como uma potência de deslocamento dos processos de endurecimento da vida, de sedimentação de funções e ações dos/nos corpos a partir do sexo biológico. As bichas, as crianças, por vezes ambas as coisas, tomadas em seus movimentos e deslocamentos podem nos dizer de outro projeto político de civilização.

## **Ela ou ele?**

Armadilhas estão por todo lado e é caindo nelas que percebemos os regimes que funcionam em nós. Deslocar-nos de lugares já conhecidos exige esforço, gasto, investimento e até o constrangimento diante da diferença que se apresenta e perturba alguns esquemas. Enquanto pesquisadora implicada, munida de discursos que colocamos debaixo do braço e pensamos serem suficientes, tropecei em um buraco, ao menos foi em um buraco perto das águas quentes da Bahia!

Véspera de ano novo, uma praia tranquila e amigos. Havia um parque infantil, em uma praça pequena no lugar, onde encontrei uma criança de aproximadamente 2 anos ou um pouco mais. Como modo clichê que encontro de me aproximar de crianças, logo perguntei o nome dela. Uma outra voz respondeu: “É ele!” (DIÁRIO DE CAMPO, 31.12.2017)

Falou o nome, mas nem me atentei mais. De imediato pensei a associação que havia feito entre o cabelo grande da criança e o “ela”. Apareceu a pesquisadora e me vi constrangida. Meu corpo não descansa da pesquisa, mesmo em outro estado. Inicialmente, fui até a criança bastante despreziosa, em uma situação trivial de praia e lazer. Mas, nesse instante, percebi que também estava ocorrendo ali pesquisa e intervenção. Intervenção em mim principalmente, provocando múltiplas convocações a partir desse embaraço que criei.

Sobre esse tempo breve, mas recheado, me vem a recordação de como me direcionei ao adulto para acessar a criança. Perguntei o nome, mas perguntei ao adulto, mesmo por que aquela criança não verbalizava a organização de sons necessárias para dizer seu nome. Os franceses Schérer, Hocquenghem (1976) já alertaram da distância que os adultos insistem em promover e reafirmar com as crianças. Tantas outras coisas poderiam ser investidas com a criança e eu tropecei na pergunta do nome *dela*, direcionando a outro adulto.

Percebi que o *dela* não cabia ali, pois tratava-se de um corpo com pênis, reconhecido menino. O que se falou depois disso eu não me recordo, a cilada me paralisou. Não pelo encanto do engano, mas por minha surpresa de me enxergar imersa em uma imagem homogeneizada e equacionada que tenho de que cabelo comprido equivale a menina. Fui brega!

O que um cabelo diz? Por que diz? O que me conduziu por isso? As princesas de longos cabelos, marcas de cosméticos e a indústria da moda combinam com o discurso religioso dos cabelos da mulher e compõem, junto a outras tantas coisas, mais esse elemento de atestado feminino. Quando fiz a pergunta do nome *dela*, eu reconheci o feminino naquele corpo, a partir do cabelo. Mesmo sendo uma parte que se corta, prende, cresce e cai, a correspondência foi feita com uma estética rígida, onde a própria plasticidade do cabelo não é considerada. O cabelo, como constituinte corporal, é tomado, então, como elemento de reconhecimento, de categorização e pertencimento ao quadrado das meninas ou ao quadrado dos meninos.

Nesse ponto, há de se considerar que os corpos são investidos mulheres ou homens no nascimento, tornando-se forma e, desse modo, o próprio corpo vai sendo tomado como argumentação. “Nossos corpos constituem-se na referência que ancora, por força, a identidade. E, aparentemente, o corpo é inequívoco, evidente por si; em consequência, esperamos que o corpo dite a identidade, sem ambiguidades, nem inconstância”. (LOURO, 2004, p.8).

Certeau (2014) também aponta o corpo como passível de intervenções que respondem à norma. Ele nomeia alguns acessórios ou fazeres como instrumentos para que ocorra a moldagem do corpo. “Deste ponto de vista, até as roupas podem se passar por instrumentos, graças aos quais uma lei social se assegura dos corpos e de seus membros, regula-os e os exerce por mudanças de moda como em manobras militares” (CERTEAU, 2014, p. 218). O autor continua discutindo o corpo, apontando que a lei se faz por ele, pelo jogo com o corpo. Esse parece ser o modo de constituição das identidades. De uma carne sem nome a um corpo legalizado, reconhecível, nominado, discursado. Do corpo disperso ao corpo do discurso, com funcionalidade e finalidade. (CERTEAU, 2014).

A identidade ganha força de argumentação justamente na corporeidade em que é produzida. Quando nasce um corpo com vagina, ele é prova e sentença, concomitantemente. É no corpo que são inscritas e lidas determinadas marcas identitárias. Cabelo, gestos, roupas, artefatos, tons de voz, posicionamentos corporais fazem esse corpo.

Rodrigues (1983) discute, por um viés da antropologia, o corpo como território de intervenção e de modelagem. As concepções de feminino e masculino; sagrado e profano;

puro e impuro; dentre outras dicotomias que pautam sociedades e as relações com o corpo, são apontadas, pelo autor, como locais e específicas a partir do entendimento de cada povo. Deste modo, o autor nos diz de uma natureza que, ao contrário de ser dominante em relação à cultura, é lida, apropriada e manejada pela cultura.

As concepções do que é natureza e cultura para Rodrigues (1983) poderiam ser alvo de questionamentos, pois, considerando o próprio autor, não há como estabelecer marcadores universais para os conceitos. Entretanto, interessa a análise feita sobre o corpo que extrapola leituras biológicas. Se referindo às identificações de sexo que comumente são divididas entre feminino e masculino, ele aponta que não são determinações feitas apenas por conformidades anatômicas, mas passam por convenções do que se toma de expectativa, dos limites e atribuições pactuadas para feminino e masculino.

Produz-se um corpo feminino com marcas, gestualidades, perfurações, pinturas e outros artefatos de sentidos estéticos e é justamente através de tais composições que ele pode ser validado como feminino ou não. Questionamos, então, qualquer tentativa de afirmar que há uma essência universal, biológica, quase transcendente de existir feminina. O que se toma como natural é estilização diretamente relacionada aos modos de produção de subjetividades e identidades que operam nos espaços em que se dão. Butler (2010) chama de *performance* as produções que um corpo realiza para tornar possível seu aparecimento e vinculação.

Esse atos, gestos e atuações, entendidas em termos gerais, são performativas, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico separado dos vários atos que constituem sua realidade. Isso sugere que, se a realidade é fabricada como uma essência interna, essa própria interioridade é efeito e função de um discurso decididamente social e público, da regulação pública da fantasia pela política de superfície do corpo, do controle da fronteira do gênero que diferencia interno de externo e, assim, institui a “integridade” do sujeito. (BUTLER, 2010, p.195)

A *performance* é a noção de fabricação contínua, de composição, onde não há reprodução fiel ao modelo. É produção de um corpo de determinado modo, por meios discursivos e práticos reiterados e reafirmados no e pelo corpo. O salto alto e os cabelos compridos performam um jeito de viver corpo que constituem a narrativa de defesa de certas essências, mas nada possuem de essencial. O salto alto e o cabelão não são meros produtos

de uma escolha natural feminina, mas, em outro sentido, parecem ser a produção, a montagem, a fabricação dessa noção de feminino.

Os (fe) meninos que calam ou desconcertam, provocam terrenos compondos com os pertences do feminino tendo sido nomeados e reconhecidos a partir da masculinidade. Não se trata de negar o feminino ou masculino enquanto experiência, mas de colocar questão sobre o aparato de tecnologias e discursos que insistem em produzir formas, manuais de conduta e roteiros de vida prontos para que o sujeito se aproprie. Assim como as crianças, é apostar na brincadeira para desafiar a naturalização de que alguns objetos, gestos e ações são proibidos para certos corpos. Pode um salto e um cabelo montar um (fe) menino?

### **Papai, vou me montar!**

A pesquisa começa quando nos incomodamos com uma questão. Dado esse início, ela pode acontecer em momentos e situações inesperados e diversos. Assim ocorreu em uma conversa de bar, entre assuntos aleatórios, desses que não sabemos como começa. Uma fala me roubou atenção e meu corpo reagiu.

- Minha filha de 6 anos, sempre quando vai se arrumar, se exhibe e diz: Papai, vou me montar! Ela fala isso quando vai passar batom, arrumar o cabelo e escolher sapatos.

A fala produziu risos, espantos e encantamentos na mesa:

- Maravilhosa!

Foi o que se ouviu depois.

(DIÁRIO DE CAMPO, 14/02/2018).

Ela se monta. O conjunto de acessórios, cosméticos e penteados que essa criança usa para se montar são elementos de composição de um determinado modo de apresentação do corpo. Montar e remontar supõem a possibilidade performática que alguns sujeitos conseguem colocar em evidência. Louro (2004) ressalta a figura da Drag Queen, para fazer essa provocação por um corpo, na maioria das vezes, nomeado homem, que produz excessos com objetos, gestos, tom de voz, montando uma expressão debochada e semelhante, ao mesmo tempo, à uma performance feminina.

Como a criança, a Drag parece se divertir. Ela brinca com o feminino, faz paródia, segundo Louro (2004), disso que parece ser tão próprio a determinados corpos, mas que cola em outros de modo extravagante, expondo que entre saltos e vaginas, não existe nenhuma conexão natural. Uma criança nomeada menino, que gosta de usar os sapatos da mãe, quando lhe apetece; a menina que se monta, podendo desmontar e remontar. Seriam crianças drag? Ou as drag são como as crianças, que recuperam essa capacidade inventiva de ousar com o corpo e com objetos?

O salto, o cabelo e tantos outros acessórios convocam-nos ao tirar e colocar, experimentar, sentir no corpo, ver a imagem do espelho. Junto com a imagem, a gestualidade. Partes do corpo são empinadas com um salto. Um cabelo longo possibilita balanço e toque. O rosto pintado destaca esse ou aquele traço, ameniza (im)perfeições. São expressões que encontram lugar a partir de certas *performances* identificadas como

femininas, mas cujos movimentos parecem se dar mais pela diversão do que pela busca por um atestado identitário de corpos femininos.

Buscar entre as drags e as crianças a capacidade produtiva de deslizar por entre performances é questionar os discursos que insistem afirmar essências. Essência feminina, essência masculina, essência maternal, essência heterossexual. O que se toma como natural, não passa de montagem. Retomo Rolnik (2006), para pensar que tais montagens se aproximam de uma ideia de máscara: “Intensidades buscam formar máscaras para se apresentarem, se “simularem” (ROLNIK, 2006, p. 31)”.

O corpo, enquanto intensidade, se mostra em máscaras para se tornar inteligível socialmente. Do modo como nos organizamos, performar ou mascarar é condição de sobrevivência e de vinculação. Todavia, a máscara enquanto simulação não esconde uma outra verdade, uma autenticidade. Não há uma legitimidade natural a se descobrir num corpo, estamos sempre falando de máscaras que assumimos para existir. Por baixo das máscaras, não há um rosto genuíno, pois quando se deixa uma, outra é configurada. Retomamos a já companheira neste trabalho, Zamboni, que aparece discutindo as máscaras com a bicha. “A bicha é máscara, mas o que não é?” (ZAMBONI, 2016, p. 76)

Chegando em pontos que merecem pausa e cuidado. Há de se considerar que quando pensamos nas máscaras que compõem as estilizações estéticas hegemônicas do feminino, pela via da vaidade, do cuidado e da passividade, elas não se constituem como problemáticas por si. A indagação e crítica que se pode fazer são sobre os afetos que encontram passagem a partir delas. (ROLNIK, 2006). Se as máscaras tornam-se condições imutáveis e endurecidas, se adquirem a característica de naturalidade, de universalidade, elas são produtoras de limitações dos corpos. São o endurecimento, a roteirização e a universalização os alvos da crítica.

As máscaras discutidas por Rolnik (2006) são, em alguma medida, performances e possibilitam a experimentação, socialização e codificação do corpo, mas também sofrem capturas quando alguns modos são investidos de universalidade, naturalização e reprodução. Nesses aspectos, recordo Foucault (2004), discutindo a identidade como recurso interessante quando se transforma em viés de aproximação, encontros e prazer, um caminho para vinculação e produção de encontros. Todavia, a identidade perde a potência, a máscara perde a diversão, quando se torna a temática principal no sujeito, a

convocação primeira de sua existência, carente de definição, de representação e de reiteração constante.

Pensando com Butler (2010), entendemos que operar pela negação das máscaras é cair na cilada da não-identidade. Não se questiona o endurecimento de determinados lugares apenas negando a existência de qualquer lugar. Mascarar, performar é parte da nossa socialização. Se queremos produzir furos nas tentativas de produzir corpos em série, em regimes de reprodução, o fazemos por dentro, brincando e sentindo como e quando mascarar isso ou aquilo, como uma criança que monta e desmonta determinados personagens e se diverte com eles. Desse modo é que se torna possível provocar e fragilizar os argumentos que se ocupam por naturalizar identidades nos corpos.

Não se tratando de originalidade, mas sim de composição com práticas e discursos, pensamos que as máscaras são configuradas por um conjunto de tecnologias: pela maquiagem, pelo cabelo, pela roupa, o aperto aqui ou ali para traçar determinadas curvas. Fazendo conexão com a *performance*, que são cópias de cópias, como nos disse Butler (2010), as máscaras também são cópias de outras cópias, sem referência original. Ao colarmos as máscaras na intensidade do corpo, ela se torna outra coisa, com contornos próprios, se perde em relação ao suposto modelo e, desse modo, expõe a fragilização da própria noção que sustenta a existência de modelos.

A criança que nos apareceu na história do bar, de fato é maravilhosa como a elogiaram. Como menina, portanto em alguma condição de legitimidade no uso de maquiagens, roupas e cuidados com o cabelo, conseguiu nos dizer que nada disso é tão natural quanto parece. Pelo que soubemos, disse isso do modo mais criança possível, gargalhando: é tudo montagem!



## **Entre a fofura e a agressividade**

Praça cheia, parque cheio. O final de turno na escola parecia sempre ter uma esticadinha possível na praça. Muitos corpos falando, gritando, sorrindo, advertindo. Sentei no chão gramado, considerando que os banquinhos estavam todos ocupados por alguns adultos que, suponho, estavam acompanhando crianças. Sentada próximo ao escorregador, passava por mim, repetidas vezes, uma menina rápida e risonha. Trocamos sorrisos muitas vezes e meu olhar passou a acompanhar sua velocidade. Percebi que ela estava correndo em uma brincadeira com outras crianças. O diagnóstico de corpos, também colado em mim, os tomou logo como meninos.

Enquanto escrevo, me incomodo com essa incapacidade de encontrar expressões para esses corpos, fora das nomeações já conhecidas. Mas, ao me incomodar, também percebo que é assim que posso arriscar com esses corpos, os borrões que suas existências promovem nas identidades. Ou seja, é somente quando digo que tem uma menina em meio a uma brincadeira de meninos que posso, junto com ela, bagunçar, confundir, desnaturalizar qualquer tentativa de afirmar uma essência, uma natureza ou um modo universal de performar um corpo menina.

Voltando para a brincadeira da menina e dos meninos, parecia ser pega-pega. Ela passava por mim e sorria. Conseguia se salvar bem das tentativas de ser pega e, em algumas vezes, desviou da brincadeira, para entrar em outras atividades, outros grupos, tudo bem rápido. Logo voltava para o pega-pega e, numa escapada dessas, a vi no outro extremo do parque batendo em um garoto. Ao retornar para a correria, ela passou por mim, subiu no espiral que dá acesso ao escorregador e sorriu novamente. Enquanto subia, foi o momento de trocarmos palavras, para além dos sorrisos.

- Eu sou muito rápida, eles não conseguem me pegar!
- Eu vi, além de rápida, você estava batendo em outros meninos lá do outro lado, por que?
- Porque eu sou forte e esperta. Eles têm medo de mim! (DIÁRIO DE CAMPO, 30/04/2018)

Foi o que ela me disse antes de sumir no escorregador. A correria continuou, continuou. Depois subia por cima do tubo do escorregador. Corria mais e mais, às gargalhadas quando os meninos não conseguiam alcançá-la. Fiquei surpresa quando algo a fez parar repentinamente, me ajeitei para olhar direito, ela parou para brincar com um bebê. Ainda ofegante, ela segurou a mão do pequeno e assumiu uma gestualidade lenta e graciosa,

falou palavras imitando uma possível fala do bebê, se sentou com ele e, bem diferente de minutos antes, empenhou delicadeza e cuidado nas brincadeiras que seguiram. Foi breve, logo voltou para sua correria. Me espantei e soltei um riso solitário, ao ver como ela deu conta de transitar entre gestualidades, de transformar os movimentos do corpo e assumir outras performances com tanta rapidez.



*Figura 6 - Movimentos de escorrega*

Ainda nessa praça, mas em outro dia, me encontrei com outras meninas que também podem dizer dos escapes e das alianças que um mesmo corpo pode fazer com estratégias de produção do feminino. Eram três e elas conversavam dentro do parquinho, sentadas em um dos brinquedos de escorregar, até que eu me tornei a quarta conversante. Estávamos falando de uma outra menina, uma colega da escola delas:

- Eu vou arrastar a cara dela no chão!
- Por que você quer fazer isso? Quem é essa pessoa? Perguntei.
- Ah, uma menina da escola que briga com todo mundo!
- Ela estava brigando com uma menina hoje, na porta da escola, chamou a menina de piranha!
- Sim, ela é muito encrenqueira.
- Por que ela chamou a menina de piranha? Perguntei
- Ah, não sei! Disseram que ela estava xingando a mãe da menina, mas na verdade 'tava' chamando ela de piranha.

- Parece uma situação chata. Quando isso aconteceu? Alguém separou a briga? Novamente eu.
  - Hoje, na porta da escola. Tinha gente olhando, mas ninguém fez nada.
  - Sempre tem brigas assim?
  - Sempre. As meninas são briguentas. Gargalhadas.
  - As meninas? E os meninos, brigam também?
  - As meninas é que brigam mais!
- Uma delas mudou o rumo da prosa para falar de cabelos:
- Estou com o cabelo bagunçado!
  - Como assim, bagunçado? Perguntei.
  - Está bagunçado igual ao meu. Disse a outra.
  - Então meu cabelo também parece bagunçado. Mas eu gosto dele. Eu disse, enquanto pegava no meu próprio cabelo.
  - Ah, mas o seu está bonito!
  - Para ficar bonito o meu, teria que estar assim! Fez um gesto de passar a mão pelo cabelo fazendo peso sobre ele.
- (DIÁRIO DE CAMPO, 10.05.2018)

A reclamação parecia ser dos fios arrepiados. Continuamos falando de cabelos cacheados e lisos, da pluralidade estética e voltamos no assunto da briga agendada para o dia posterior, pautando como se davam a resolução de situações pela violência. Não sei se essa briga marcada ocorreu de fato, mas já estava sendo planejada e isso já foi suficiente para entender que ali estavam algumas que contrariavam expectativas para as boas meninas.

Outra briga aconteceu e foi a partir dela que novamente precisei me haver com aquela pretensão inicial de que na periferia haveriam as meninas resistentes e no outro contexto, as dóceis. Em uma tarde, na praça de Jardim Camburi, vivi um momento com uma figura já conhecida do local, a dona de um dos brinquedos pula-pula. Havia crianças na fila para subir no pula-pula, pais ao redor, uma outra pessoa organizando. Conversamos um pouco sobre esse trabalho e sobre a praça. Ela contou que as meninas sempre foram as que mais usaram o brinquedo e ainda fez um gesto com a mão, indicando para as duas quadras de esporte do outro lado.

- Aquele lado ali, é dos meninos.
  - Não tem meninas que jogam? Perguntei.
  - Até tem uma ou outra, mas são mais meninos. As meninas ficam do lado de cá.
  - Estranho uma praça dividida, não é? Provoquei.
  - É assim mesmo!
- (DIÁRIO DE CAMPO, 27.03.2018)

Logo após, se voltando para a fila feita para entrar no pula-pula, ela conversou com pessoas que acompanhavam as crianças. Havia um menino na fila, ela disse que tinha que tinha que ser separada a entrada no brinquedo, alertando que as brincadeiras dos meninos

são mais agressivas e poderiam machucar. Segundos depois dela dizer, duas meninas que estavam no brinquedo se agrediram com uma força suficiente para fazer ambas chorar. Escutando a briga, olhei para o brinquedo e todos por perto silenciaram por uns segundos, na tentativa de assentar a incoerência entre o dito sobre as meninas e o que de fato foi feito por elas.

Nos projetos de civilização que, remetendo crianças aos adultos, logo meninas se transformam em projetos de mulheres, uma série de categorizações e comportamentos lhes são dados como essências. Práticas educativas são convocadas para que respondam a um certo ideal de mulher. O que se espera delas? Como incidem práticas formativas para assegurar, ainda, a docilidade como inerente ao corpo feminino?

Beauvoir (2016) discute sobre os detalhes dessas práticas, ressaltando que as meninas são expostas a circunstâncias específicas desde cedo. Elas convivem com as relações domésticas historicamente colocadas para a mulher desde pequena.

Na relação dicotômica que se estabelece entre elas e os meninos, a eles o corpo aparece como instrumento de luta, como campo a ser explorado para que se experiencie o mundo, o corpo é um aliado. A menina, por sua vez, como nos indica Beauvoir (2016) tem o corpo como objeto a ser contido ou utilizado para a satisfação do outro. A relação do menino com seu corpo é uma relação autônoma, enquanto a menina é tomada como objeto e ensinada a agradar. “Para ser graciosa, ela deverá reprimir seus movimentos espontâneos; pedem-lhe que não tome atitudes de menino, proíbem-lhe exercícios violentos, brigas: em suma, a menina é incitada a tornar-se, como as mais velhas, uma serva e um ídolo.” (BEAUVOIR, 2016, p. 26)

São denúncias que atravessam o recorte histórico de Beauvoir (2016) e vem nos lembrar que até hoje ainda existe um modo de existir menina tomado como natural, a partir de estratégias educativas que se aplicam diretamente no corpo, forjando a suposta essência passiva, delicada, submissa e servil do feminino.

Beauvoir (2016) também discute que não há, no corpo das crianças, uma hierarquização ou categorização implícita e que nos primeiros anos existe uma proximidade, inclusive em termos biológicos, no que diz respeito às possibilidades dos corpos, independente da genitália que apresentem. Elas correm, pulam, brincam, se comunicam antes das

diferenças entre meninas e meninos serem colocadas. Só quando ocorre uma organização de espaços, instituições e pedagogias para que essas diferenças sejam marcadas nos corpos é que de fato se iniciam encaminhamentos diversos. Mas apostando que não somos marcadas por uma natureza feminina, teremos sempre histórias outras para contar.

A menina sorridente, que corre bem rápido, que briga com os meninos e brinca com o bebê, tudo isso em pouco tempo, no mesmo espaço, age taticamente, escapando da imagem hegemônica do feminino que Beauvoir (2016) denuncia. Atrevida, ela se diz forte, corre sem se preocupar com a roupa ou com a arrumação do cabelo e acolhe o bebê. Ela assume muitos lugares quando nega um só, provocando confusão em qualquer tentativa de leitura ou enquadramento. Ela parece não se esforçar ou se preocupar em agradar os meninos ou quem a assiste sua atitude briguenta, mas também é capaz de empreender mimos e carinhos a um bebê, diminuindo o ritmo, deixando a força de lado.

As que queriam “arrastar a cara” da colega no chão atormentam a imagem de que meninas não brigam como os meninos, pois elas são ensinadas à docilidade, como apontou Beauvoir (2016). Ao mesmo tempo, elas requerem o lugar da beleza e de uma resposta aos padrões estéticos que enaltecem um cabelo “para baixo”, um cabelo liso.

Se pensarmos pela expectativa de uma constância comportamental da boa menina, essas são uma verdadeira confusão. Neste aspecto, retomo Certeau (2014) para pensar que a invenção do indivíduo moderno, enquanto organização, unidade e linearidade, não é suficiente para explicar a complexidade de suas expressões e relações. Isso nos ajuda a pensar que, ainda que se insista em uma forma de menina, com um terreno corporal e discursivo demarcado, as relações é que de fato vão determinar como esse sujeito compõe e constrói seus modos de existir. “De um lado, a análise mostra antes que a relação (sempre social) determina seus termos, e não o inverso, e que cada individualidade é o lugar onde atua uma pluralidade incoerente (e muitas vezes contraditória) de suas determinações relacionais.” (CERTEAU, 2014, p.37)

Como trocam de papéis nas brincadeiras de faz-de-conta, elas conseguem ocupar e desocupar terrenos determinados para os corpos. Seja pelo acesso ao futebol, pelo cabelo, pelos brinquedos, dentre outras coisas, ocorre a demarcação de terrenos para determinados corpos. Essas crianças nos confundindo são a aposta de provocar, questionar, desnaturalizar e transitar entre tais terrenos.

Elas aparecem aqui entre sorrisos, carinhos, planos de brigas e cabelos para trazer inquietações e dizer que não é possível sustentar uma construção identitária que consiga capturar, como um todo, os movimentos do corpo. Mais ainda, elas aparecem para decretar a falência das tentativas de universalizar um modo de ser feminina.

Essas meninas importam para dizer, com suas existências, que a ideia do indivíduo coerente e organizado é, na realidade, uma cilada. Ainda com Certeau (2014), a confusão que elas provocam implicam em buscar muito mais os modos de operação, de relação, de negociação que fazem, do que uma suposta verdade contida, uma essência única e coerente.

Elas vêm, correndo, brigando, arrumando os cabelos e afagando pequenos bebês, para dizer que somos muitas e múltiplas para caber em qualquer proposta única. Tecem, como diz Certeau (2014), redes de antidisciplina. Contestam a identidade feminina única com criancices. Assim, também convidam a pensar como seria a experimentação de um caminho inverso ao que vivemos, pois, ao invés de educar crianças para se tornarem adultos, como seria uma educação de *criançar* as durezas adultas?

## **A boneca arremessada**

Dizem por aí que as meninas gostam de brincar de boneca. Dizem muito, ao ponto de existirem departamentos de brinquedos inteiros cor de rosa, com bonecas de vários tipos, com vários acessórios e direcionando apelo para o público de meninas. Dizem tanto que, casinha e bonecas, as vezes as duas coisas juntas, se transformaram em um dos brinquedos mais ofertados para as meninas.

O cuidado materno, reproduzido pelo brincar de boneca e o enredo criado ao redor do objeto, pelos acessórios, aparece como um desejo natural de meninas, como se as propostas comerciais dessem apenas uma resposta fabricando milhares de bebês de plástico, cada vez mais trabalhosos, podendo fazer xixi, tomar mamadeira, comer papinhas e chorar.

Também são fabricadas bonecas representando mulheres adultas, estas são alinhadas à indústria da moda e é possível até reproduzir uma família completa, com mãe, pai e filhos, cada um em seu lugar, desempenhando suas vocações. Vendem propagandas de que meninas nasceram para cuidar e organizar famílias e isso lhes é dado como divertido desde a brincadeira infantil.

Duvido da universalidade da diversão de brincar repetidas vezes de cuidar de filhos e de uma casa. Já duvidava quando tinha pouco interesse pelos meus bebês de plástico e usava as imitações de boneca Barbie na correnteza da ladeira. O uso era outro, o riso e a satisfação do brincar se davam fazendo a boneca escorregar na água desnorteada da enxurrada, sem melindres.

Uma tarde na praça, entendi que a dúvida sobre essa diversão não é só minha. Na praça em que os vigilantes das crianças aparecem mais alertas, conversei com duas meninas, pela grade que demarca o espaço do parque de areia. Transitando pela praça, percebi que naquele instante se dava um encontro e passar a grade para entrar no parque poderia fazê-lo se perder. Sentei num banco próximo, inclinei o corpo e ali começamos uma conversa.

- Do que estão brincando?
- De boneca! Disse uma das meninas, me mostrando a boneca. A outra observava a cena, mas tinha um olhar desviante, observava todo o parquinho.
- Então, como é essa brincadeira? Perguntei.
- Sou a mamãe dela, é minha filha.

Continuamos por ali, ela sacudindo a boneca e me mostrando alguns cuidados. Até uma voz interromper a atividade:  
- O balanço está livre. Vem! Vamos 'pro' balanço que é legal. (DIÁRIO DE CAMPO. 02.04.2018)

Gritos, correria e um arremesso. Foi um arremesso de boneca para longe, de modo que ela caiu no outro extremo do parque e ali ficou, enterrada de cara na areia, enquanto o balanço de corpos tornou-se delicioso e mais interessante.

O suposto instinto materno que as meninas expressariam pelo afincamento no cuidado com a boneca, foi fragilizado nesta cena. O balanço enquanto possibilidade de ir bem alto, de se aventurar nos movimentos, venceu, foi mais atrativo. A naturalização da maternidade vivida no lúdico deu lugar para força de arremessar a boneca para longe.

Esse arremesso atingiu minhas memórias, sobre meu uso das bonecas, já dito anteriormente, nas ladeiras em dias de chuva. As imitações de bebê me despertavam pouco interesse. Gostava de pular elástico, brincar com massinha feita em trigo, jogar gude, peão, dançar ou fazer imitações. Boneca era o que menos usava e mesmo assim, era o que mais recebia. Ainda não entenderam, insistindo em departamentos inteiros lotados de bonecas, que bonecas não são suficientes para todas?

Beauvoir (2016) já apontava que as investidas para a ambientação com os cuidados maternos iniciam-se cedo sobre o corpo da menina. Ainda pequena, ela é introduzida em um universo de práticas das mulheres adultas, sendo a maternidade uma das principais. Novamente, aparecem pelas brincadeiras uma espécie de destinação de qual lugar lhes é reservado no mundo. Os meninos podem brincar de peão, de bola ou até de carrinho, mas isso, de nenhum modo remete à relação de cuidado ou agrado em relação às outras pessoas. A menina, por sua vez, é convocada a: cuidar, alimentar, vestir, acarinhar, não para atender a uma demanda própria urgente, mas sim, como promoção de certo projeto de futuro.

Rodrigues (1983) aponta o que é tomado como educativo em cada grupo social funciona no corpo da criança justamente para responder aos anseios de reprodução de determinadas práticas que sustentam esse grupo. Num modo de produzir maternidades românticas, nada mais funcional do que um treinamento lúdico para sustentar um laço essencial entre mulheres e crianças. São brincadeiras que, na realidade, não estão brincando!



Com Beauvoir (2016), seguimos com a discussão de que a menina, ao ser inserida nesse complexo de formação para a vida da mulher servil, disposta a atender e agradar, vai compreendendo que precisa fazer renúncias, que seu lugar é do apoio, é secundário socialmente, pois está diretamente relacionado ao homem. Novamente, há de se respeitar um limite temporal com Beauvoir, que situa um feminino privado de relações de trabalho, de estudo, dentre outras conquistas recente na história das mulheres. Mas seus apontamentos nos são válidos, pois muito ainda resiste no tempo. Não à toa as bonecas ainda são opção inicial para as meninas brincarem, perdurando o apelo pela fábrica de futuras mães.

O enaltecimento da maternidade enquanto condição que precisa acompanhar a formação das boas meninas possui delimitação histórica. Simone de Beauvoir, publicando o Segundo Sexo nos entornos da década de 1940, discutia um contexto de educação em núcleos familiares muito bem demarcados, onde a mulher adquiriu um papel específico de zeladora do lar e, portanto, determinadas ações eram esperadas no que se refere ao cuidado, ao agrado e dedicação aos integrantes do lar, além de todo trabalho doméstico de limpeza e organização.

Badinter (1985) nos possibilita visualizar os antecedentes da maternidade romântica, fortalecendo a defesa de que as estratégias de disciplina que incidem sobre os corpos estão diretamente relacionadas às exigências de seu tempo. A autora traz um apanhado histórico marcando que, anterior à constituição da família nuclear, nos períodos que antecedem o século XVIII, as amas é que aparecem como figuras responsáveis pelos cuidados com as crianças. Certamente, não para todas as classes, mas para as que gozavam de privilégios. (BADINTER, 1985).

Dessa forma, não podemos dizer que essas meninas, nos contextos em que havia a figura da ama presente, recebiam tanto investimento na formação para o cuidado materno. Elas poderiam ser inseridas em outros processos de constituição de corpo feminino, mas o cuidadoso e constante cuidado materno não precisava ser promovido de modo tão intensivo entre elas, considerando que outras é quem se responsabilizariam por tais cuidados. Do outro lado, pensando na vida das amas, também se torna difícil afirmar que já se presenciava a maternidade romantizada, considerando que essas mulheres precisavam cuidar das crianças de patrões, sobrava-lhes pouco tempo para que cercassem seus próprios filhos.

Possivelmente, outra noção de boa moça circulava, mas a maternidade romantizada surge quando a célula familiar é encerrada em si, dispensando a figura das amas. Badinter (1985) e Foucault (2010) possibilitam as imagens de constituição de uma família, hoje tão valorizada, mas que foi também construção e relação. Junto com a família, foi necessário trazer para o jogo a mãe dedicada, que ama demais, que cuida demais, que se preocupa demais. O treinamento para essa mamãe começa cedo. Meninas o tempo todo são convocadas a responder aos seus possíveis caminhos futuros.

As crianças operam por entre os regimes que insistem sobre seus corpos, a partir das suas brechas, nos seus vacilos. Arrisco dizer que a própria Beauvoir (2016), que se ocupou muito mais das estratégias, se surpreenderia ao perceber que no corpo, na pele, na experiência, as crianças conseguem transbordar. Essas meninas nos disseram que nem todas tem apreço pela boneca. Elas anunciam que algumas permanecem à espreita para achar um balanço vazio, que algumas obrigações podem ser jogadas na areia, já não divertem, pois podem não abarcar o desejo de movimento contido no corpo ou por já estarem tão repetidas, sempre disponíveis, podem ficar para depois. A boneca jogada na areia, sem muito pudor, torna-se um grito de um corpo que lateja por outros roteiros.

## **Faz de conta que concluimos**

Me aproximando do fechamento deste texto, devo ressaltar que não chegamos a uma conclusão única, com uma aplicabilidade generalizada ao se pensar a relação das crianças com o corpo. Não houve um objetivo de buscar qualquer identificação ou descrição de um sujeito criança. Nos encontramos com crianças em diferentes situações, em diferentes contextos e elas aparecem neste trabalho de passagem; em conversas; na rapidez e sagacidade para dizer de como é possível jogar com as estratégias de disciplina e controle que incidem sobre seus corpos.

Vamos nos lembrar que a criança, enquanto acontecimento, também podem aparecer nos corpos adultos, quando estes saboreiam a brecha na norma, o riso em meio à seriedade. Vamos nos lembrar, também, que elas não estão somente aqui, nestas páginas. Para este trabalho, foi necessário nos deslocarmos dos lugares tradicionais da ciência que se pretendem capazes de produzir análises e conhecimentos completos sobre os sujeitos. Sendo essa uma pesquisa constituída em um determinado momento, não se encerram as possibilidades desses corpos de reinventarem suas práticas. Desse modo, não foi pretensão deste trabalho apreender todas as táticas que as crianças podem fazer uso nos espaços que aqui aparecem.

Sigo apostando que a criança, como a bicha em Zamboni (2016), produz escapes no ideal de corpo organizado, identificado e reconhecível que se faz apelo ao sujeito moderno. Aos modos de Rodrigues (1983), nosso funcionamento é pautado nas categorias. Em muitas culturas, as mudanças e manifestações dos corpos carecem de ser enquadradas. A infância, adolescência, adulez e velhice se dão como possibilidades de dar sentido e significado ao corpo.

Entre nós, por exemplo, um indivíduo pertence à categoria dos que estão sendo esperados mas ainda não nasceram, passam para a categoria dos homens vivos, são batizados e incorporados à categoria dos seres sociais (status, religião, nome, etc.), passam a 'rapaz solteiro', casam...e, finalmente, deixam o mundo dos vivos para ingressar no reino dos mortos. (RODRIGUES, 1983, p. 80)

As categorias de identificação entre masculino e feminino tornam-se ainda mais endurecidas considerando que se pretendem permanentes no corpo. Elas atravessam a todo o tempo outras categorias e estabelecem normas sobre normas. Ser reconhecida como sendo do sexo feminino dispõe certas práticas e discursos que vão atravessando as

expectativas de cada fase do corpo. Existe um modo de ser criança feminina, jovem feminina, mulher feminina, idosa feminina. Para cada etapa, um manual.

Todavia, acredito que as relações que produzem a etapa da infância são as que abrigam os pontos de maior tensionamento para afirmação das categorias, considerando que o investimento educativo ocorre de forma escancarada no corpo reconhecido como infantil. Onde a norma comparece incisivamente e tenta se afirmar como naturalidade é que reside a potência subversiva de encontrarmos outras histórias a serem contadas.

Sendo a criança o corpo reconhecido na infância, nela percebemos alvos constantes de instrumentos pedagógicos, mas também o suspiro de resistência, a tática que altera o jogo. Brincando com as lógicas adultocêntricas, serializadas e endurecidas de fabricar corpos e performar gêneros, as crianças convidam-nos a uma conversa com Gilles Deleuze e Felix Guatarri (2012) por um corpo que possa experimentar mais do que reproduzir ou interpretar. Neste sentido, os autores propõem o corpo sem órgãos, enquanto exercício de viver corpo de outros modos. Deleuze e Guatarri (2012) atacam a ideia de organismo, de corpo organizado, que justificam os regimes de identificação e as normas de conduta ao pensarmos, por exemplo, a menina e o menino.

A afirmativa do organismo é o que solicita, dentre outras coisas, que o corpo seja nomeado ainda na ultrassonografia em relação ao sexo/gênero, esta é a primeira identificação e organização que incide sobre ele. Uma leitura é feita sobre o corpo, sobre suas partes, sobre os genitais. Torna-se um corpo estratificado, funcional, um corpo onde cada órgão adquire uma finalidade e, desse modo, qualquer uso dissidente, torna-se o desvio. O alerta é de : “Você será organizado, você um organismo, articulará seu corpo – senão você será um depravado. Você será significante e significado, intérprete e interpretado – senão será um desviante.” (DELEUZE; GUATARRI, 2012, p. 25).

Somos convocados a existir a partir de regimes de espelhamento e de reprodução. Para isso as práticas educativas funcionam de modo a responder o que foi estabelecido pelo exame de ultrassonografia e pelo registro civil de nascimento. Nos dizem a função de cada pedaço do corpo. Desse modo, vai sendo investido em cada estratégia de formação, o ideal do organismo, o ideal de identidade que pode ser reconhecido e circular como um corpo adequado, corpo conformado. Beauvoir (2016) foi cuidadosa com os detalhes das tentativas de fazer um corpo menina fiel a um certo modelo de feminino docilizado e servil.

A criança, em sua ousadia, não aceita gratuitamente. Ela guarda consigo a potência de experimentar. Aos modos do menino do sapato, que calçou o que não lhe cabia anatômica e politicamente, as crianças desmontam, ainda que momentaneamente, certas imposições. Todavia, elas não o fazem isenta do olhar endurecido. Deleuze; Guatarri (2012, p. 12) dizem do corpo sem órgãos como: “Uma experimentação não somente radiofônica, mas biológica, política, atraindo sobre si censura e repressão. *Corpus e Socius*, política e experimentação. Não deixarão você experimentar em seu canto.”

O corpo sem órgãos não aparece como um conceito, mas como uma prática. Deleuze; Guatarri (2012) tomam uma discussão já feita por Antonin Artaud, em 1947, atacando os órgãos, mais especificamente o organismo que os organizam e lhes dão funcionalidade. No desdobramento feito sobre essa proposta, o corpo sem órgãos torna-se o modo de se desfazer do ideal do eu que é reiterado como condição de existência. A ideia do eu constitui-se na ideia de essência do sujeito, a verdade que precisa ser descoberta e então reafirmada constantemente. Onde encontramos estratégias de buscar e universalizar o eu feminino, o corpo sem órgãos diz não e apresenta um caminho de desfazer qualquer aproximação desse eu.

Masculino e feminino, como verdades primeiras nos corpos, precisam de aparição, de atestado, de confirmação e, quando não se verifica prontamente uma dessas categorias binárias, esta se torna uma questão analítica. As performances encontram aceite e circulação quando se aproximam de um ou outro lado do binarismo, o feminino ou masculino. A dúvida torna-se aterrorizante e saberes como a psicanálise, a medicina, a pedagogia são os indicados para trazer o sujeito de volta para o caminho de seu eu.

Experimentar o corpo sem órgãos é dar passagem ao desejo em seu processo de produção, sem referência a uma exterioridade, ou a algo anterior. É, também, um deslocamento da noção de que o desejo é falta, de que ele carece de ser preenchido. Trata-se da reivindicação do corpo em sua potência de sentir, em suas intensidades. Enquanto o organismo se ocupa das formas, das funções, de retirar do corpo uma utilidade, o corpo sem órgãos denuncia o roubo do corpo enquanto potência de experimentar e desejar. (DELEUZE, GUATARRI, 2012) Ao invés do eu essencial, do desejo carente de uma referência externa, encontramos a possibilidade de uma experiência de corpo em si, de intensidades e produções desejanças que mobilizam, deslocam, inventam e rompem lugares cristalizados.

Neste sentido é que as crianças que comparecem neste texto, mas também o extrapolam, conseguem construir para si, aos modos de Deleuze e Guatarri (2012), um corpo sem órgãos. Dizer isso não implica afirmar que elas estão totalmente libertas do organismo. Mas, sobretudo, que elas conseguem, em meio às organizações e significados que lhes são atribuídos, produzir rotas de fugas, experimentações que fazem torções nos próprios significados e assim mobilizam, na localidade e na momentaneidade, que os significados, organizações e sujeições não sejam mais suficientes. Em seus movimentos de vida, a criança fabrica para si um corpo sem órgãos e produz reinvenções no que as lógicas adultocêntricas tomam como carência para a existência.

Deleuze e Guatarri (2012) apontam que a construção do corpo sem órgãos precisa acontecer com prudência. Desestabilizar o que sustenta o organismo não deve implicar na morte do corpo. É preciso conservar, segundo eles, algo do organismo para que se sobreviva em uma realidade dominante. Dessa forma, penso uma aproximação possível entre os autores e Butler (2010), quando ela nos indica que as identidades vão existir e que a subversão delas ocorre por dentro, deslocando e questionando suas verdades enquanto elas tentam se assegurar nos corpos. Também é possível se recordar de Certeau (2014), que falando das táticas, nos permite pensar na criança agindo dentro do jogo do outro. Os praticantes que compuseram cenas nessa pesquisa são crianças reconhecidas e significadas como tal. Corpos pequenos, tutelados e educados. Entretanto, as tensões que provocaram, transbordam o etarismo e se dão como possibilidade mesmo nos corpos adultos.

Deleuze e Guatarri (2012) dizem ser o corpo sem órgãos o ovo, mas é o ovo tomado em si mesmo, não em uma noção evolucionista de que ele se tornará organismo definido. O ovo, que possui em si apenas limiares e migrações, não se apresenta como uma representação ou reprodução do que lhe antecede. Tomado em si, é a potência de ser, rompendo com qualquer previsão de forma conhecida. Neste sentido, os autores apontam o corpo sem órgãos como bloco de infância, carregando a potência do tornar-se. A criança, como o ovo, são essas constituições da imprevisibilidade, de caminhos diversos, de risco iminente e poucas certezas.

Importante pontuar que pensar o ovo e a criança como corpo sem órgãos não implica uma simples regressão aos estágios conhecidos como iniciais da existência. Não se volta ao ovo ou à criança quando já está dado o organismo para que então se construa o corpo sem

órgãos. Eles existem juntos, podem se produzir em um regime de coabitação. (DELEUZE; GUATARRI, 2012). Dessa forma é que os corpos podem, mesmo como adultos, em um mundo feito para adultos, experimentar movimentos crianceiros, negociando a urgência de certezas e de formas de vida, fazendo riso com os endurecimentos que lhes são convocados.

O Corpo sem Órgãos é bloco de infância, devir, o contrário da recordação de infância. Ele não é criança “antes” do adulto, nem “mãe” “antes” da criança: ele é a estrita contemporaneidade do adulto, da criança e do adulto, seu mapa de densidades e intensidades comparadas, e todas as variações sobre este mapa (DELEUZE; GUATARRI, 2012, p. 31).

Com isso, digo aqui que a criança, enquanto escape, enquanto brecha e surpresa fornece-nos uma lógica possível para a construção de corpo sem órgãos. Uma ética crianceira foi se dando a cada nova conversa, a cada nova prática nos encontros nas praças. A criança, em sua potência de experimentação, é o que ainda nos falta quando pensamos uma revolução do corpo que proponha alternativas às políticas identitárias. Me atrevo a dizer que os movimentos sociais como por exemplo o movimento feminista, tem muito a aprender com as crianças. Não se trata de pensar outras identidades na lógica de inversão, onde todos corpos identificados como femininos saíssem da relação de dominação e de inferioridade com o masculino, para ocupar um lugar oposto. Mas, aos modos da criança, de estar dentro da relação de poder e, dessa forma, conseguir fazer brechas e expor as fragilidades do próprio poder.

Selvino Assmann, em um prefácio escrito para uma edição brasileira de um livro de Giorgio Agamben, consegue traduzir bem, a partir da obra, as possibilidades que as crianças podem suscitar em uma realidade onde o adulto adquiriu muita certeza de si e com isso, tornou-se endurecido, incapaz de práticas de transformação.

Profanar é assumir a vida como jogo, jogo que nos tira da esfera do sagrado, sendo uma espécie de inversão do mesmo. Convidando-nos a profanar, Agamben alerta para o fato de termos perdido a arte de viver, que é a da infância, lugar primeiro da mais séria profanação da vida, como já fora anunciado pelo Zaratrusta de Nietzsche, e retomado por Benjamin, de quem Agamben não é só estudioso, mas se sente inspirado em seu “messianismo imanente”: as crianças sabem jogar e brincar, enquanto os adultos, sérios, perderam a capacidade de ser mágicos e fazerem milagres. (Assmann, 2007, p. 13)

Sem conclusões, apenas com questionamentos, ficamos com uma provocação construída a partir de diálogo entre Gilles Deleuze e Michel Foucault nos dizendo que a perspectiva

de uma criança poderia deslocar, de modo relevante e intenso, as práticas, discursos e relações que pautam nossa existência. “Se as crianças conseguissem que seus protestos, ou simplesmente, suas questões fossem ouvidas em uma escola maternal, isso seria o bastante para explodir o conjunto do sistema de ensino (DELEUZE, 1979, p. 72)”.



## Referências

AGAMBEN, Giorgio. Profanações. São Paulo: Boitempo, 2007.

ALVES, Nilda. Questões teórico-metodológicas nas/das/com as pesquisas em educação. In: GARCIA, Alexandra; OLIVEIRA, Inês Barbosa de. (org.). **Nilda Alves: praticantepensante de cotidianos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p.133 a 169.

BELCHIOR, Antônio Carlos. **Alucinação**. Albúm Alucinação. 1976.

ASSMANN, Selvino José. Apresentação. In: AGAMBEN, Giorgio. **Profanações**. São Paulo: Boitempo, 2007.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: a experiência vivida**, volume 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BECCHI, Egle. Ser menina ontem e hoje: notas para uma pré-história do feminino. *Proposições: Campinas*, v. 14, n. 3 (42), set.- dez, 2003

BIRMAN, Joel. **Cartografias do feminino**. São Paulo: Editora 34, 1999.

BUENO, Michele Escoura. Girando entre princesas: performances e contornos de gênero em uma etnografia com crianças. **Dissertação de Mestrado** – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Antropologia. Área de Concentração: Antropologia Social. Universidade de São Paulo. 2012.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão de Identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CALDEIRA, Maria Carolina da Silva; PARAISO, Marlucy Alves. Tecnologias de gênero, dispositivo de infantilidade, antecipação da alfabetização: conflitos na produção de corpos generificados. **Educação e Pesquisa: São Paulo**, v. 42, n. 3, p. 755-772, set. de 2016.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1 Artes de Fazer**. 22 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CRUZ, Tânia Mara. Gênero e culturas infantis: os clubinhos da escola e as trocinhas do Bom Retiro. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 38, n. 1, p. 63-78, 2012.

DELEUZE, Gilles. **Crítica e Clínica**. São Paulo: Editora 34, 2011.

- DELEUZE, Gilles; FOUCAULT, Michel. Os intelectuais e o poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 3. São Paulo: Editora 34, 2012.
- DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. Diálogos. Trad. Eloisa Araújo Ribeiro, São Paulo: Escuta, 1998.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade. Entrevista com B. Gallagher e A. Wilson. **Verve**. 5, pp. 260-277. 2004. (Trabalho original publicado em 1984). Acesso em 23 de dezembro, 2006. Disponível em: <http://www.nu-sol.org/verve/n5/verve5-2004.pdf>.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: N-1, 2013.
- FRANZINI, Fábio. **Futebol é “coisa para macho”?** Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 25, nº 50, p. 315-328, 2005.
- IRIGARAY, Luce. Poder do discurso, subordinação do feminino. Ex Aequo: Lisboa, n. 8, p. 45-55, 2003.
- LAQUEUR, Thomas. **Inventando o Sexo**. Corpo e Gênero dos Gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- LOURAU, René. Uma apresentação da análise institucional. In: ALTOÉ, Sônia (org.). **Analista Institucional em Tempo Integral**. São Paulo: Hucitec, 2004.
- LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo Educado**. Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- NIETZCHE, Friedrich. Assim falava Zaratustra : um livro para todos e para ninguém. Petrópolis: Vozes, 2011.
- PRECIADO, Beatriz. **Manifesto Contrassexual**. São Paulo: N-1 Edições. 2014.
- ROBBA, Fábio ; MACEDO, Silvio Soares. **Praças Brasileiras**. São Paulo: Edusp, 2003.
- RODRIGUES, Alexsandro. Sexualidade(s) e Currículo(s): práticas cotidianas que nos atravessam produzindo experiências. Orientador: Carlos Eduardo Ferraço. **Tese**

(**doutorado**) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação: Vitória, 2009.

RODRIGUES, José Carlos. **Tabu do Corpo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

RIBEIRO, Annelise. "Que linda parece gente grande" : construção de um ideal de feminilidade na infância. **Trabalho de Conclusão de Curso**. Orientada por: Felipe, Jane. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Curso de Pedagogia: Licenciatura. 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/115731>. Acesso em: 14. de Abril de 2018.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental**: Transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina, 2006.

SCHÉRER, René.; HOCQUENGHEM, Guy. **Co – ire** Álbum sistemático de la infância. Barcelona: Editora Anagrama. 1976.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. v.20, n. 2, 71-99, jul-dez, 1995.

TAKARA, Samilo. Histórias de meninos afeminados: resistência e política nas leituras de artefatos culturais. **Revista Entrelaces**, Fortaleza, v. 2, n. 9, p. 226-244, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/28388>. Acesso em: 18 de Abril de 2018.

WENETZ, Ileana. Gênero, corpo e sexualidade: negociações nas brincadeiras do pátio escolar. **Cad. CEDES**: Campinas, v. 32, n. 87, p. 199-210, ago. 2012. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32622012000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622012000200006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 22 de Abril de 2018.

WENETZ, Ileana; STIGGER, Marco Paulo; MEYER, Dagmar Estermann. As (des)construções de gênero e sexualidade no recreio escolar. **Rev. bras. educ. fis. esporte**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 117-128, mar., 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1807-55092013000100012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-55092013000100012&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 22 de abril 2018.

ZAMBONI, Jésio. **Educação Bicha: uma a(na[l])rqueologia da diversidade sexual**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, 2016.